

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO

**AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES DESCONSTRUINDO O PROJETO
COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA**

Recife

2021

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO

**AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES DESCONSTRUINDO O PROJETO
COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Espaço Agrário e Movimentos Sociais

Orientadora: Mônica Cox de Britto Pereira

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528a Melo, Emely Christine Sulino de.
Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira : a Zona da Mata pernambucana é resistência / Emely Christine Sulino de Melo. – 2021.
100 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Cox de Britto Pereira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Geografia. 2. Ecologia agrícola. 3. Assentamentos. 4. Camponeses. I. Pereira, Mônica Cox de Britto (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-215)

EMELY CHRISTINE SULINO DE MELO

**AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES DESCONSTRUINDO O PROJETO
COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 26/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora – Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Priscylla Karoline de Menezes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Ceará

Prof.^o Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Examinador Externo)
Universidade Federal do Ceará

Dedico esse trabalho a todos assentados e assentadas do Nova Canaã.
Gratidão aos companheiros e companheiras que me provaram que eu nunca estarei
sozinha nessa longa caminhada da vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Miriam (in memoriam) por ter sido uma das pessoas que mais me incentivaram a chegar onde estou, sua honestidade e simplicidade vão estar sempre comigo. Gratidão por ter compartilhado 20 anos de sua vida ao meu lado, há um pedaço seu em mim que nunca terá fim.

Agradecimento especial ao meu pai Edilson e minha mãe Maria por toda força de vontade em me criar e não medirem esforços para incentivo a minha formação social e acadêmica. Ao meu companheiro André por todo carinho, incentivo e compreensão nessa fase individual acadêmica da minha vida. Muito obrigada por estar do meu lado, ter me ouvido e por ter me apoiado em tudo. Te amo!

A minha amiga e companheira de mestrado, Liara, por estarmos juntas nessa fase da nossa vida, traçando objetivos e rotas em comum. Também as amigas Valcilene e Raíra por estarem juntas comigo. A minha prima e amiga Mayara por sempre estar comigo e por toda ajuda nos campos e sistematizações da pesquisa. Um salve a mulherada na academia!

Aos amigos e amigas que me acompanham desde a graduação, Bruno, Gustavo, Sávyo, Tânelly, Vanubia, Neto e Lindemberg. Gratidão demais por todas as conversas, escutas e torcidas mútuas.

Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG - Ayni) na qual compartilho vários anos de aprendizado. Maior parte de minha evolução pessoal e acadêmica devo a vocês. Em especial Evelyn, Maria Carolina, Frederico e Everton pelas conversas, desabafos e construções lado a lado.

A Comissão Pastoral da Terra pela colaboração nas pesquisas. Especialmente a Suzy e Plácido por todo apoio e troca nas mesas da universidade e nas terras e matas do Assentamento.

À minha orientadora, Mônica, por estar me acompanhando desde o meu primeiro ano de graduação e ter me proporcionado meu primeiro contato com a agroecologia. Obrigada por toda motivação e incentivo.

E por último e mais importante meu agradecimento especial a todos assentados e assentadas do Nova Canaã que acreditaram na pesquisa e compartilharam comigo a sua história. Sou eternamente grata por todo conhecimento e inspiração.

Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos! (CASALDÁLIGA, 1978, p. 193)

RESUMO

A agricultura moderna brasileira tem suas raízes no modelo capitalista colonial que se baseia no conhecimento linear de exploração da natureza. Esse modelo homogeneíza os processos de construção do saber e invisibiliza os mais variados conhecimentos presentes nos territórios camponeses. Ao mesmo tempo, em contraponto, diversas experiências vêm utilizando a agroecologia e a ecologia de saberes como elementos na valorização dos sujeitos, dos saberes, das experiências e como forma de resistir ao sistema capitalista colonial. Uma dessas experiências se configura no Assentamento Nova Canaã, localizado no município de Tracunhaém, na zona da mata de Pernambuco, território chave desse trabalho. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como a agroecologia e a ecologia de saberes no Assentamento Nova Canaã, se contrapõem ao modelo de agricultura colonial desde as famílias camponesas assentadas, através da verificação do contexto histórico do projeto colonial na zona da mata de Pernambuco; identificação das práticas de agricultura dentro do Assentamento Nova Canaã e análise dos processos de resistências e os saberes das camponesas e camponeses assentados. Para concretização do trabalho foram feitas seis idas a campo, na qual utilizamos da observação participante como principal método de pesquisa. Houve entrevistas semiestruturadas e o trabalho teve caráter qualitativo. Os resultados evidenciam que apesar da produção de cana de açúcar ainda dominar a zona da mata de Pernambuco, a agroecologia e ecologia de saberes dão elementos para romper o projeto colonial de agricultura perpetuada no território. Essas práticas agroecológicas evidenciam a diversidade de saberes e de sujeitos que todos os dias resistem em meio ao sistema opressor dominante. Assim, a agroecologia e ecologia de saberes se mostram como fundamentais na contraposição ao projeto colonial de agricultura brasileira.

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologia de saberes; Assentamentos; Campesinato.

ABSTRACT

Modern Brazilian agriculture has its roots in the colonial capitalist model that is based on linear knowledge of nature exploration. This model homogenizes the processes of building the knowledge and makes the most varied knowledge present in peasant territories invisible. At the same time, in contrast, several complete experiences using agroecology and the ecology of knowledges as elements in the valuing of subjects, knowledge, experiences and as a way to resist the colonial capitalist system. One of these experiences takes place in the Nova Canaã Settlement, located in the municipality of Tracunhaém, in the forest area of Pernambuco, a key territory of this work. A general objective of the research is to understand how the agroecology and ecology of knowledge in the Nova Canaã Settlement, in contrast to the colonial agriculture model since the peasants settled in the agrarian reform, through the verification of the historical context of the colonial project in the Pernambuco forest zone ; identification of agricultural practices within the Nova Canaã Settlement and analysis of resistance processes and the knowledge of the peasants settled in the agrarian reform. In order to carry out the work, 06 field trips were made, in which we used participant observation as the main research method. There was a semi-structured loss and the work was qualitative. The results show that despite the production of sugar cane still dominate the forest area of Pernambuco, the agroecology and ecology of knowledge provide elements to break the colonial project of agriculture perpetuated in the territory. These agroecological practices show the diversity of knowledge and subjects that every day resist in the midst of the dominant oppressive system. Thus, agroecology and ecology of knowledges are fundamental in opposition to the colonial project of Brazilian agriculture..

Keywords: Agroecology; Ecology of knowledge, Settlements, Peasantry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Produtividade (t/ha) 1980/1989).....	29
Figura 02 - Localização de Tracunhaém, Pernambuco/BR.....	35
Figura 03 - Primeiras imagens do acampamento em terras do Engenho Prado.....	37
Figura 04 - Imagem atual da presença de bambu referente a simulação de reflorestamento do grupo João Santos	38
Figura 05 - Despejo e destruição da moradia e roçado dos acampados e acampadas nas terras do Engenho Prado, 2003.....	39
Figura 06 - Crianças e mulheres de frente para os policiais durante conflito, 2003. .	40
Figura 07 - Planta Geral do Assentamento Nova Canaã	42
Figura 08 - Linha do tempo do Assentamento Nova Canaã.....	43
Figura 09 - O saber dominante e o desaparecimento das alternativas	59
Figura 10 - Vista de satélite do Assentamento Nova Canaã rodeado pela plantação de cana de açúcar (Tracunhaém,PE,Brasil).....	63
Figura 11 - Dia de visita de estudantes da UFPE.....	66
Figura 12 - Único acesso para Assentamento Nova Canaã.....	67
Figura 13 - Ações de solidariedade durante a pandemia	68
Figura 14 - Moradores reúnem seus produtos para ida à feira local	70
Figura 15 - Parte da diversidade de hortaliças e fruteiras na parcela do assentado e agricultor 1 no Assentamento Nova Canaã.....	71
Figura 16 - Laranja Pokan agroecológica em um dos quintais no Assentamento Nova Canaã.....	73
Figura 17 - Parcelas diversificadas no Assentamento Nova Canaã.....	74
Figura 18 - Cana de açúcar presente em uma das parcelas visitadas em Assentamento Nova Canaã.....	77
Figura 19 - Um dos assentados do Nova Canaã e sua parcela produtiva diversificada	78
Figura 20 - Sementes armazenadas em garrafa pet para compor o banco de sementes familiar, Assentamento Nova Canaã.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Etapas de coletas de dados no Assentamento Nova Canaã	19
Quadro 02 - Usinas em atividade em Pernambuco	32
Quadro 03 - Divisão estrutural do Assentamento Nova Canaã	44
Quadro 04 - Diferenciação da agricultura tecnicista para a agroecologia	52
Quadro 05 – Agricultura tecnicista x Agroecologia	60

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APP	Área de Preservação Permanente
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DDT	Dicloro-difenil-tricloroetano
EBAAs	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISAAA	International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPPAG	Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PTA	Projeto de Tecnologias Alternativa
RENDA	Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PROJETO COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA	22
2.1	CONTANDO HISTÓRIA: A AGRICULTURA COLONIAL BRASILEIRA.....	22
2.2	DE MATA À CANA: INSERÇÃO DA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA.....	27
2.3	UMA OUTRA AGRICULTURA É POSSÍVEL: O ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ E SEU EMBATE COM O CULTIVO DE CANA	33
3	AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES: CAMINHOS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	48
3.1	ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA AGROECOLOGIA.....	48
3.2	ECOLOGIA DE SABERES: INDO ALÉM DO PENSAMENTO OCIDENTAL	55
4	DESCONSTRUINDO O PROJETO COLONIAL	62
4.1	A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA: O ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ.....	62
4.2	CPT E ASSENTAMENTO RURAL	80
5	CONCLUSÕES	85
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE PASTORAL DA CPT 1.	95
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE PASTORAL DA CPT 2	96

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

..... 97

ANEXO A – JORNAIS QUE MENCIONARAM O INICIO DA LUTA NO ENGENHO

PRADO 99

1 INTRODUÇÃO

- **Contextualização do tema**

A agricultura brasileira convencional tem suas bases fundamentadas, historicamente, em processos de exploração, subordinação e controle de terras e pessoas. Esses processos fazem parte de uma herança colonial que tem como alicerce a concentração de terras e o excesso de latifúndios. No presente trabalho considera-se o conceito de colonialidade, no qual a relação de poder sobre o povo ou nação é construída a partir da implicação de que o mundo nunca foi descolonizado completamente (QUIJANO, 2007). Nesse sentido, a colonialidade implica em: "... resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade, manifestando-se das mais variadas maneiras" (CRUZ, 2017). Esse processo gerou padrões sociais, econômicos e políticos que refletem na sociedade atual, criando uma relação direta na extinção e invisibilização dos diversos saberes, sabores e sementes presentes nas comunidades tradicionais. (DILGER et.al, 2018)

Dessa forma, em meio a esse "legado" colonial, diversos marcos na história da agricultura brasileira apoiam, ainda mais, a consolidação desse modelo explorador dentro dos territórios. Um deles é a Revolução Verde, que iniciou na década de 1960 com o objetivo introduzir os "pacotes tecnológicos", incentivando a mecanização no campo, a partir de uma produção voltada aos monocultivos, ao uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas, como forma de modernizar a agricultura tornando-a dependente das bases da indústria. Esses procedimentos trazem consigo uma série de mazelas ecológicas, sociais e políticas, assim como a negação dos conhecimentos e das práticas milenares das agricultoras e agricultores que já tinham sua própria forma de fazer agricultura. Segundo Dilger (2018), essa concepção de desenvolvimento traz consigo a idéia de progresso e de um processo único que não pode ser interrompido, se tornando o modelo ideal a ser seguido mundialmente.

Trata-se de um projeto político e econômico desenvolvimentista que tem como prioridade expandir o agronegócio em todo território nacional. Assim, observa-se que há uma estrutura de desenvolvimento voltada para artificialização da

natureza, através de suas inúmeras ações de modernização e tecnicismo agrícola. Assim, a agricultura brasileira tem se apoiado em um modelo capitalista que tem o lucro como único objetivo de produção. Segundo Pereira (2005) esse desenvolvimento se refere a um modelo que busca hegemonizar um estilo de vida baseado no consumo, por meio de uma perspectiva tecnológica “inovadora” considerada única e universal. Conforme, Gómez (2006), o desenvolvimento é profundamente contraditório, visto que as práticas, os resultados e os discursos divergem. Esse modelo promovido pela sociedade capitalista promove uma concorrência entre desiguais, garantindo um controle sutil da ordem social.

Em Pernambuco esse processo de desenvolvimento pautado na exploração agrícola como base econômica se deu de maneira muito rápida, servindo até de inspiração para os estados vizinhos. A imposição do cultivo de cana-de-açúcar em larga escala na região se deu baseada na geografia que favorecia o desenvolvimento da produção, visto que o solo, clima e a posição geográfica facilitavam a expansão da cana e o escoamento para exportação, seja pela terra, seja pelo mar. Reconhece-se que, foi imposto um único saber, uma única cultura que acabaram por sobrepor as outras agriculturas já existentes e que foram silenciadas por essa colonialidade.

Diante disso, entendeu-se que é fundamental pensar em possibilidades desde uma perspectiva descolonial guiada pelo resgate dos saberes dos outros tipos de agricultura de base camponesa. Nesse sentido, diversas experiências em distintos territórios vêm provando que é possível se contrapor a esse sistema agrário e agrícola capitalista a partir da agroecologia, dando base para pensar uma agricultura que valorize o saber popular, que produza alimentos saudáveis sem agrotóxico, que exista com base em uma relação diferenciada entre sociedade e natureza, que gere bem viver, dentre inúmeros processos que auxiliem na quebra de paradigmas. Dessa forma, a agroecologia vai se estruturando, não só como um modelo de base ecológica da agricultura, mas sim como um modo de vida que respeita os princípios da natureza.

Outro aspecto teórico-metodológico importante que busca a contraposição desse paradigma dominante na agricultura é a Ecologia de Saberes. Esta concepção surge como forma de valorizar os diversos saberes que estão dentro dos territórios e

que por muito tempo foram invisibilizados e tratados como inexistentes. Boaventura de Sousa Santos (2009) traz a reflexão de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes, por isso é necessário referenciá-los e canalizá-los. Isto posto, mostra que o principal objetivo da ecologia de saberes é procurar resgatar os saberes e práticas perdidas e deixadas de lado durante os processos coloniais e da difusão do sistema capitalista.

- **Caminhos metodológicos**

- a) Aproximação com o tema e com o território

Diante do cenário apresentado, o interesse pelo tema de pesquisa nasceu no segundo período da graduação (2014), a partir de um trabalho de campo na disciplina de Geografia de Pernambuco realizada em conjunto com a disciplina de Pesquisa Geográfica. Esse campo foi realizado em comunidades quilombolas Território Águas do Velho Chico em Orocó e proporcionou o primeiro contato com a agroecologia. Em 2015 há a entrada no Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia (NEPPAG Ayni) e sucessivamente na Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (RENDA – NE), ambos com sede na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Departamento de Ciências Geográficas.

A RENDA foi um projeto apoiado pela chamada MDA/CNPq no 39/2014 "Redes Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica/ R-NEA" e tinha como principal objetivo fortalecer a Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia na Região Nordeste na busca por inserir e fortalecer os núcleos existentes nos nove estados do Nordeste. O NEPPAG coordenou e sediou esse projeto. Nesse momento se inicia a principal fase de aproximação e formação com a agroecologia, a partir das leituras, debates, escritas, idas a campo, participação em eventos e outras atividades que envolviam o núcleo NEPPAG, a graduação e a rede RENDA. Foi um período muito rico no qual foram se dando processos com criação de parcerias, construção do conhecimento agroecológico e principalmente diálogo com os territórios e experiências de todo Brasil.

Em 2015 é feita a primeira visita a experiência agroecológica no Assentamento Nova Canaã em Tracunhaém; um campo de um dia, entretanto muito

reflexivo e marcante. O contato com o Assentamento possibilitou curiosidades e inquietações sobre essa “desconhecida” unidade de produção e de moradia. Assim, foram se criando inspirações na busca em encontrar elos e compreender os diálogos, interfaces nos territórios entre agroecologia e geografia e, sobretudo, o tema passa a envolver não só a dimensão acadêmica, mas sim, a de militância e de prática. Foram diversos eventos locais, nacionais e internacionais participados, como por exemplo, a participação no IX Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em 2015 em Belém no qual pudemos publicar o primeiro artigo compartilhando as atividades de construção da agroecologia desenvolvidas pelo coletivo NEPPAG.

De lá para cá, o desejo e curiosidade de trabalhar na área só aumentou. Em 2017 há a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso “ Rompendo as barreiras da cana-de-açúcar: resistência agroecológica no Assentamento Chico Mendes III , São Lourenço da Mata e Paudalho- PE”, texto que traz a experiência de agroecologia no Assentamento Chico Mendes III com o objetivo de analisar as experiências de agroecologia no Assentamento Chico Mendes III em São Lourenço da Mata e Paudalho- PE na busca por compreender as práticas de resistência na terra em assentamento rural do MST. Para isso, nesse trabalho foram identificadas as práticas agroecológicas, o histórico do processo de conquista da terra e os processos de resistência no Assentamento.

Concomitantemente a aprovação no mestrado foi possível a aproximação com o Assentamento que fora visitado em 2015, proporcionando o desejo e a concretização de realização da pesquisa nesse território.

b) Bases e processos da pesquisa

Diante do cenário apresentado acima, foram surgindo algumas inquietações sobre como o sistema colonial, historicamente, tem oprimido as comunidades que praticam outro tipo de agricultura. Nesse sentido, surgiram alguns questionamentos: Como desconstruir um sistema colonial arraigado na sociedade? Quais as estratégias? Quem já vem desconstruindo? Como a agroecologia e a ecologia de saberes podem contribuir nesse processo? A partir disso, a pesquisa foi estruturada de forma que pudesse inspirar e dar força na luta contra essa agricultura que

subalterniza os camponeses e camponesas e impõe um modelo único para a agricultura.

Portanto, o presente trabalho tem como **objetivo geral** compreender como a agroecologia e a ecologia de saberes no Assentamento Nova Canaã, se contrapõem ao modelo de agricultura colonial desde as famílias camponesas assentadas. Para isso, tem como objetivos específicos: verificar o contexto histórico do projeto colonial na zona da mata de Pernambuco; identificar as práticas de agricultura dentro do Assentamento Nova Canaã; analisar os processos de resistências e os saberes das camponesas e camponeses assentados.

Para a realização da pesquisa foi utilizada como base analítica a compreensão das dialéticas sociais, entendendo que os fatos históricos possuem elementos contraditórios e que nunca são estáticos. Tomou-se como base os escritos de Paulo Freire (2009) que compartilha que a ética e o respeito aos saberes e práticas de cada pessoa são fundamentais na formação científica. Assim, o autor destaca a importância do “aprender com o diferente” na busca por uma dialogicidade entre pesquisador (a) e comunidade. Seguindo a linha, a pesquisa foi apoiada na observação participante proposta por Carlos Rodrigues Brandão, metodologia na qual o trabalho de campo é compreendido como uma vivência, troca, relação produtora de conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa se deu “estando pessoalmente no lugar e observando e compreendendo aquilo que está acontecendo, por participar da vida cotidiana das pessoas” (BRANDÃO, 2007). A observação participante permitiu que se criasse uma relação não hierarquizada, multilateral de troca, possibilitando uma inserção mais densa nas práticas e no dia-dia. Assim, as idas a campo foram feitas de maneira muito cuidadosas, construídas por meio de uma relação mútua entre a pesquisadora com os assentados e assentadas, tendo participado desde caronas solidárias à disponibilidade de abrigo em suas residências. A disponibilidade dessas pessoas para conversas e para acompanhamento nos percursos dentro do Assentamento também contribuiu muito para a concretização do trabalho.

A pesquisa teve a abordagem qualitativa como forma de garantir a promoção dos processos, subjetividades, valores, significados e experiências não mensurados

por números. Assim foram trabalhadas “ com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. ” (MINAYO, 1993) proporcionados pela exploração, trabalho de campo e pelo material coletado. Ao mesmo tempo, foi feita uma revisão bibliográfica das categorias gerais do trabalho, assim como uma análise documental cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram feitas reuniões de orientação e 05 idas à campo (conforme mostra o quadro 01), na qual foram entrevistados (as) 10 assentados/assentadas e 02 agentes pastorais que acompanharam o Acampamento/Assentamento.

Quadro 01 - Etapas de coletas de dados no Assentamento Nova Canaã

ATIVIDADE	DATA
Trabalho de campo no Assentamento - Reconhecimento do território - Início da pesquisa de campo	18/09/2018 à 20/09/2018
Entrevista com agente pastoral CPT que acompanhou o Assentamento	29/05/2019
Trabalho de campo no Assentamento - Entrevista com o presidente da associação	04/06/2019
Trabalho de campo no Assentamento - Entrevista com alguns assentados e assentadas	27/08/2019
Trabalho de campo no Assentamento para conhecer as parcelas - Entrevista com alguns assentados e assentadas	29/08/2019
Trabalho de campo no Assentamento - Entrevistas e Visita a Área de Preservação Permanente (APP)	21/11/2019 à 22/11/2019
Entrevista com representação da CPT Ne 2	23/12/2020

Fonte: MELO, 2019.

Nos campos, foram realizadas algumas entrevistas semi-estruturadas (ver apêndice), ou seja, foram pensados previamente temas e perguntas para a entrevista, entretanto foi buscada a promoção de um diálogo mais flexível, respeitando o tempo dos/das entrevistados/ das e possibilitando a inserção de outros temas e perguntas. A escolha desse formato foi feita como forma de garantir a liberdade de abordagem de outros assuntos que vão surgindo a partir da entrevista. Foram feitas também visitas acompanhadas por assentados e assentadas em estruturas do Assentamento Nova Canaã: parcelas, igrejas, casas, sede da associação, área de preservação permanente e reserva legal, bem como visitas aos Assentamentos vizinhos (Assentamentos Ismael Felipe e Chico Mendes).

A parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para concretização da pesquisa, visto que ela colaborou de forma presencial acompanhando em alguns campos no Assentamento e de forma intelectual através de seu acervo e da disponibilidade de seus agentes pastorais para entrevistas. Um momento a ser destacado fruto dessa parceria foi uma sessão de debate que foi realizada no Assentamento, em setembro de 2018, com base no filme “Vida de Lona Preta”¹, filme que foi coordenado pela CPT e está disponível na Videoteca Virtual Gregório Bezerra desde fevereiro de 2015, no qual conta a história do processo de luta e resistência dos acampados do Engenho Padro, trazendo imagens reais do acampamento e entrevistas com quem participou da formação do acampamento. Foi um momento muito rico de debate, visto que as pessoas se viam na tela e compartilhavam suas visões orgulhosas, por terem resistido a tanta luta, proporcionando um resgate da memória e o compartilhamento dos aprendizados adquiridos na experiência.

Durante os últimos meses de desenvolvimento do trabalho houve uma pandemia da Covid 19 relativa ao contágio pelo vírus SARS CoV 2, assim as atividades previstas para o ano 2020 tiveram que ser adiadas como medida sanitária de prevenção a saúde dos diversos sujeitos envolvidos na pesquisa. Este fato impediu que houvessem mais campos, registros fotográficos e afins que pudessem embasar ainda mais o trabalho. Outro fato à ser colocado é a condição de pouca

¹ Disponível em: <https://youtu.be/aquSh24vx08> . Acesso em 01 de janeiro de 2021.

disponibilidade de recursos tecnológicos dentro do Assentamento, o que dificultou a comunicação nesse período de pandemia, mesmo que virtual.

C) Organização do texto

O texto em tela foi dividido em três partes.

O primeiro capítulo traz parte do histórico do sistema agrário sob três escalas: Brasil, Zona da Mata de Pernambuco e Assentamento Nova Canaã, trazendo a reflexão de como esse sistema agrário está inserido em um projeto colonial que põe em risco as comunidades tradicionais de camponeses e camponesas e os seus saberes. Ao mesmo tempo, trazendo o Assentamento Nova Canaã como um dos territórios de resistência ao projeto colonial no qual se deu um processo intenso de luta pela terra e por reforma agrária.

O segundo capítulo traz as alternativas de contraposição a esse sistema, utilizando da agroecologia e ecologia de saberes como modos de resistência. Nesse capítulo foi feita uma abordagem teórica de como os dois conceitos podem contribuir na contraposição ao modelo colonial e apontar alternativas ao capitalismo e um conhecimento ocidental hegemônico.

E no último capítulo, a sistematização da experiência concreta do Assentamento de forma a visibilizar os sujeitos e saberes presentes no território - camponesas e camponesas que lutaram pela terra para viver em contraposição a monocultura canavieira, evidenciando contradições e trazendo a reforma agrária para pauta. Assim, primeiramente foram enunciadas as suas práticas de resistência e por fim a contribuição dos mediadores, neste caso a CPT, no processo de quebra da unilateralidade de saber e de descolonização das mentes. São processos de resistência que envolvem dimensões de um outro modo de viver, no qual a agroecologia se constitui como um horizonte de possibilidades de autonomia e resistência.

2 PROJETO COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Neste capítulo inicial da dissertação procurou-se trazer os conhecimentos científico e popular. Dessa forma o texto foi construído a partir de autores e autoras que em algum momento de vida refletiram e contestaram a forma na qual a agricultura foi transformada em negócio no país, bem como, trazer alguns relatos de assentados e assentadas que participaram do processo de acampamento em terras do Complexo de Engenhos Prado na perspectiva de contraposição à essa agricultura tecnicista dominante.

2.1 CONTANDO HISTÓRIA: A AGRICULTURA COLONIAL BRASILEIRA

O processo de colonização portuguesa no Brasil trouxe consigo uma série de padrões agrícolas que tinham como base a concentração fundiária e exploração das terras brasileiras. Sobre isso, Miralha (2006) retrata que esse processo foi gerido a partir de três pilares fundamentais de organização: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Portanto, foi um momento de organização da produção e apropriação dos bens naturais existentes no país. Isto posto, o Brasil passa a ser regido por um capitalismo mercantil europeu. Assim, o processo de invasão dos portugueses adotou duas táticas de dominação: cooptação e repressão, dominando o território e submetendo os povos que aqui viviam ao seu modo de produzir, à suas leis e cultura (STÉDILE, 2005).

Diante disso, as terras brasileiras se voltam para o abastecimento do mercado europeu, iniciando o processo de agroexportação no país. Nesse momento, nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino e exploraram plantas nativas, como o tabaco e o cacau (STÉDILE, 2005). Esses produtos foram cultivados em grandes fazendas e sustentado pela mão de obra escrava.

Diante desse cenário, o território brasileiro foi dominado pela coroa portuguesa, sendo ela reguladora na concessão das terras para as grandes famílias que tinham capital e disponibilidade para produção das mercadorias que iriam para a Europa.

Essas terras poderiam ser passadas de pai para filho. Em 1534 foram criadas as capitanias hereditárias, como forma de povoar e dividir a administração em colônias. Foram criadas catorze capitanias hereditárias distribuídas em faixas horizontais no território brasileiro. Somente duas delas conseguiram prosperar e continuar com as atividades: a de São Vicente e a de Pernambuco, ambas voltadas à indústria açucareira. Esse sistema perdurou por alguns anos, tendo diminuído as atividades em 1850 com a instituição da Lei de Terras, na qual estabelecia a compra como única forma de acesso a terra, iniciando a fase de propriedade privada no Brasil (Stédile, 2020).²

Nesse sentido, a Lei 601 de 1850 foi o pontapé para as grandes propriedades rurais tomarem conta das terras brasileiras, sendo elas comandadas somente por aqueles que tinham recursos financeiros para pagar as terras à Coroa. Foi um período de muitas revoltas, visto que havia insatisfação da população trabalhadora que achava injusto esse sistema, principalmente os trabalhadores escravizados que buscavam se libertar das más condições de vida e de trabalho. Em 1888 com a Lei Áurea é abolido legalmente o trabalho escravo no Brasil. Agora, os grandes proprietários de terras se deparam com um problema: quem substituiria a população de escravizados (as) no trabalho rural? É nesse momento que a mão de obra escrava negra é substituída pela mão de obra branca e japonesa fruto de uma campanha massiva de imigração de trabalhadores (as) desempregados (as) na Europa principalmente para os estados do sul do Brasil. O processo de luta pela terra e expropriação vão se dando continuamente:

Desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1996, p. 02)

² Conforme apresentado Curso Pinheiro Machado de Questão Agrária e Agroecologia com João Pedro Stédile. Disponível em: [youtube.com/watch?v=KWtzPE6kWD4](https://www.youtube.com/watch?v=KWtzPE6kWD4) .

Outro ponto a ser destacado na história da agricultura brasileira foi durante a Era Vargas (1930 – 1945), visto que nesse período houve a priorização das construções de rodovias. Estas que, possibilitou o aumento do investimento na infraestrutura industrial do país, gerou maior fluxo de circulação de mercadorias entre territórios e pessoas. Dessa forma, surge então a ligação da agricultura com a indústria, iniciando uma estrutura de mecanização do trabalho agrícola e a dependência de fatores de produção externos como combustíveis fósseis, fertilizantes e pesticidas. Esse processo de imposição da indústria à agricultura só fez crescer, principalmente na década de 1960 com a Revolução Verde, cujo objetivo foi a introdução de pacote tecnológico com mudas e sementes modificadas, agrotóxicos, mecanização, fertilizantes e insumos químicos, bem como, vários outros produtos e técnicas que “potencializasse o aumento” da produção. Trata-se de um novo período da história da agricultura brasileira: a artificialização da natureza alinhada ao capital financeiro. (OLIVEIRA,1994)

A revolução verde foi introduzida em território brasileiro como forma de solucionar a crise de alimentos e modernizar a produção agrícola no país. Assim as terras brasileiras são dominadas por empresas e grandes proprietários de terras com o objetivo de expandir o capital e hegemonizar os processos agrícolas no curto prazo. Porém, embora a produção aumentasse inicialmente, a solução do problema não foi eficaz, visto que além da fome continuar presente e ter se agravado, a degradação dos bens naturais foi crescente (DOURADO, 2012). Assim Gonçalves (2004) nos permite a análise de uma outra face do sentido da revolução verde:

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica. (GONÇALVES, 2004, p. 08)

Esse período na história fundiária brasileira reforçou a colonialidade - considerada um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista conforme colocado por Quijano (2010), presente no processo de modernização da agricultura, visto que o agricultor e a agricultora passam a ser refém de um saber técnico imposto por grandes estruturas da agricultura de base industrial. Esse processo gerou diversos conflitos, expulsões e expropriações de camponeses que não se adaptavam, nem se interessavam pelo modelo de produção vigente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 1970 a 1980 os estabelecimentos com menos de 10 hectares no país reduziram de 52,2% para 50,4%, em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares aumentaram de 0,7% para 0,9%. Isto é, famílias que viviam no campo são logo substituídas por novos complexos industriais modernos. Oliveira (1994) retrata que em 1980, os maiores latifundiários do Brasil ocupavam uma área maior do que doze unidades federativas do Brasil e tinham nas mãos 3% do território brasileiro.

Diante de todo esse cenário a forma encontrada de possibilitar o acesso a terra por parte principalmente, dos sem-terras e posseiros, foi a partir das ocupações. Para Hobsbawm (1998) conforme citado por Fernandes (2005) há três tipos de ocupações: 1) áreas que já eram ocupadas por camponeses, mas se encontravam nas mãos dos grandes capitalistas, b) terras devolutas, ocupação de terras pertencentes ao Estado, sejam elas de fronteira, ou griladas por latifundiários; e c) ocupação de latifúndios. Para Fernandes (2005) as ocupações de terra é a materialização da luta de classes, assim a luta pela terra é a luta contra o capital. Dessa forma surge a necessidade de organização do processo de conquista e permanência na terra tendo dois principais agentes na mobilização: a CPT criada em 1975 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1980.

Nos anos de 1990, há um fortalecimento do processo de modernização da agricultura no país, visto que, a consolidação dos complexos industriais deu a possibilidade das relações comerciais internacionais tornarem-se ainda mais fortes. Assim o país passa a produzir e exportar cada vez mais. É nesse período que o termo agronegócio se difunde, que para Fernandes (2005) trata-se de uma

construção ideológica de dar um novo nome a um fenômeno velho na tentativa de melhorar a imagem da agricultura capitalista latifundiária.

O Estado se torna o principal incentivador e financiador para expansão do agronegócio. O agronegócio vai além de uma mudança de nome, trata-se de uma nova forma de territorializar o capital no campo. Conseqüentemente passa a existir um processo de domínio do mercado de insumos, das técnicas e tecnologia de produção, dos sistemas de financiamento, das indústrias de beneficiamento, do sistema de transporte e das redes de comercialização, através da territorialização das ações no cunho político, econômico, espacial e ideológico. Como bem sublinha Thomaz Jr (2000) ao tratar da modernização conservadora:

Com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivistas, como também, extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria. (THOMAZ JUNIOR, 2000, p.05)

A partir dos anos 2000, com o aumento dos serviços de tecnologia e acesso ao capital financeiro o agronegócio passa a dominar todo o território brasileiro. Os governos começam a deixar cada vez mais aberto o mercado nacional, fazendo com que grandes empresas transnacionais se instalem no país, principalmente as que estão ligadas ao sistema agroalimentar. É nesse período que há um processo de interiorização das empresas. Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999- 2002), os investimentos no agronegócio aumentam pelas seguintes iniciativas: I) programa de investimento em infraestrutura territorial; II) o sistema público de pesquisa agropecuária (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa), em parceria com empresas multinacionais do agronegócio; III) pouca e flexível regulação do mercado de terras, deixando as “terras devolutas” fora do controle público; IV) mudança da política cambial, tornando a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional; V) reativação da provisão de crédito rural (Delgado, 2013, p. 64-65).

Ainda nos anos 2000, o agronegócio continua sendo considerado a alavanca da economia brasileira, estando cada vez mais aliado a estrutura de Estado. Isso se

reflete principalmente, na concentração e dominação da terra e na destruição do campesinato. Fernandes (2005) relata que a imagem atual do agronegócio oculta a concentração, exploração e exclusão, assim somente a questão da produtividade, da riqueza e da tecnologia são destacadas. Para Alentejano (2011) um dos efeitos da concentração fundiária é a facilitação da transferência do patrimônio natural brasileiro para o mercado estrangeiro. Assim sinaliza que:

(...) quando se trata o agro como mero negócio (agronegócio) a terra é de fato mera mercadoria que pode ser transacionada sem maiores preocupações, diferentemente de quando o agro é lugar de vida (agricultura) e a terra, portanto, não é uma mera mercadoria (ALENTEJANO, 2011, p. 04).

No âmbito de técnicas de produção, o agronegócio passa a incentivar a transgenia e o uso de agrotóxicos no país, com discurso de solucionar a fome do mundo e possibilitar o controle da existência de “pragas” nas plantações. Conforme os dados do International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA), o Brasil é o segundo maior produtor de cultivos modificados tecnologicamente apresentando-se em 49,1 milhões de hectares, sendo a soja o principal cultivo. O ranking organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e a Agricultura (FAO), revela que o Brasil é campeão de utilização de agrotóxico, principalmente com o uso de inseticidas e herbicidas. Segundo o Dossiê ABRASCO (2015) algumas das principais empresas que fornecem agrotóxicos para o país são a Syngenta, Bayer e BASF, na qual estão muito presentes no mercado agrário, deixando cada vez mais os agricultores e agricultoras reféns de seus produtos.

2.2 DE MATA À CANA: INSERÇÃO DA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

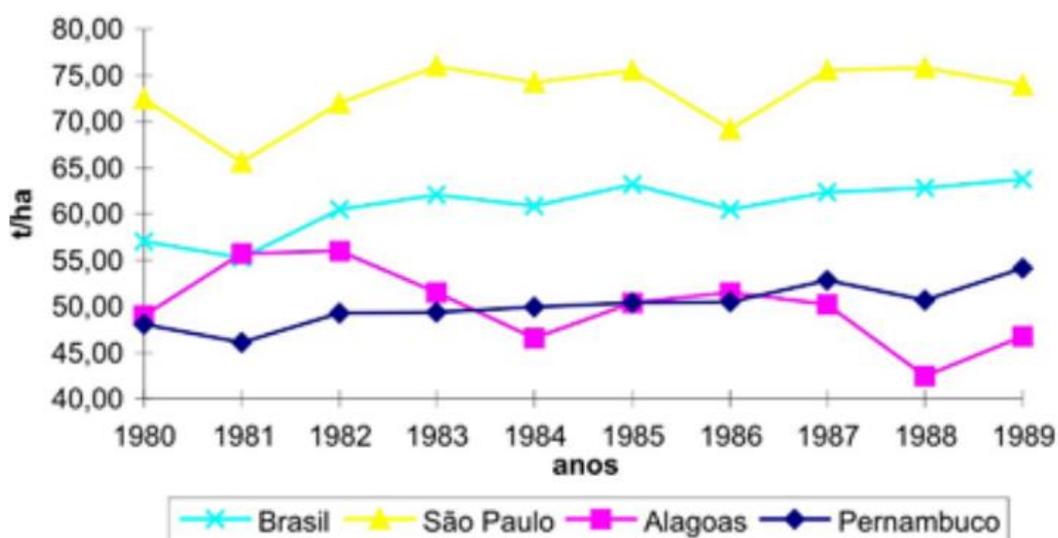
Como já visto anteriormente, historicamente, o avanço do capitalismo no campo tem se nutrido da concentração na propriedade de terras, em um país que já nasceu em bases latifundiárias (STÉDILE, 2005). Em Pernambuco esse avanço se

deu a partir da implementação do sistema de produção voltado à cultura de cana-de-açúcar, iniciado no período das capitanias hereditárias e perdendo forças durante o século XX. Essa inserção iniciou pelas várzeas de Recife e logo foi se expandindo até toda mesorregião da zona de Mata Atlântica devido à diversos fatores estruturais que favoreciam seu cultivo. Dessa forma esse sistema foi instalado a partir de uma exploração colonial muito forte através do monocultivo, exploração no trabalho e principalmente uso degradante da terra. Assim Castro (1984) considera que se trata de uma ação desequilibrante do colonizador, que não visualiza as consequências de seus atos e continua a plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar:

Descobrimo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entavando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região. (CASTRO, 1984, p. 114)

Nesse sentido, a zona da mata de Pernambuco foi tomada, rapidamente, por uma paisagem monótona de cana-de-açúcar, que não abria espaço para qualquer outro cultivo na região, garantindo o modelo latifúndio-monocultura a partir de um processo de dominação da natureza e das pessoas e recebendo o título por vários anos de um dos estados que mais produzem cana-de-açúcar no Brasil, conforme retrata o gráfico abaixo:

Figura 01 - Produtividade (t/ha) 1980/1989



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1989.

FAORO (1979) diz que “Uma vocação litorânea, representada pelo açúcar afastou o nordeste da mata, defendida rijamente pelos índios”. Os portugueses se apropriam das terras indígenas, destroem as matas nativas, constroem os engenhos açucareiros, escravizam os índios, importam mão de obra africana e montam uma estrutura de exportação do açúcar para toda Europa. Outro aspecto dessa conversão de mata atlântica para cana-de-açúcar foi a redução da diversidade de fauna e flora outrora presente na região. Deste modo as culturas alimentares eram colocadas em segundo plano e realocadas para áreas que estavam esperando canavial ou áreas que não serviam mais para cana (ANDRADE, 2005).

Para Andrade (2005) os latifundiários da produção canavieira além do domínio político e da terra, eles detinham um poder sobre a população. Dessa maneira, a região foi submetida a uma exploração colonial baseada no uso degradante da terra, condições precárias de trabalho, concentração fundiária e principalmente expulsões do campo. Nesse sentido, durante o processo de difusão da cultura de cana houve vários momentos de modificações das técnicas e espaços de produção. Silva Junior (2011) enfatiza que inicialmente o trabalho açucareiro era feito através do engenho banguês³, posteriormente houve a substituição dos engenhos banguês para os centrais e mais tarde dos centrais para as usinas, o que provocou diversas

³ Engenho de açúcar, de sistema antigo, movido a tração animal.

mudanças na estrutura agrária regional. O engenho banguês foi o que deu o pontapé para difusão da cana, produziam o açúcar mascavo e eram movidos a tração humana, animal ou rodas d'água. Já o engenho central, que substituiu o banguês por volta de 1871, foi criado por alguns empreendedores e pessoas mais ricas, na busca por melhoria nas condições técnicas, como a introdução de algumas máquinas para produção do açúcar cristal. Em Pernambuco esses engenhos pouco duraram e muitos deles foram vendidos para os novos usineiros. Em pouco tempo o engenho central é sucedido pelas usinas de produção.

A instalação das usinas foi um marco na história açucareira do Brasil, de modo que, surge como meio de melhorar o local de produção de cana e, conseqüentemente, produzir uma cana de qualidade superior. Pernambuco sofreu o impulso inicial para implementação das usinas, visto que o Estado era um dos maiores produtores de açúcar no país na época, sendo criadas 49 usinas de 1885 a 1990. Porém, tais usinas eram instaladas sem nenhum estudo prévio na região para ver as condições existentes, dessa forma, muitas delas tendo suas atividades encerradas pouco tempo depois (ANDRADE, 2005). Nas relações de trabalho o trabalhador escravo, torna-se agregado e então o morador, conforme retrata Moreira (2018):

Rearruma-se, portanto, o espaço canavieiro; o plano nacional, pela diversificação das áreas de cultivo, que espraia a lavoura canavieira para além da Zona Mata nordestina; no plano interno de cada área, pela reestratificação das relações de trabalho e classes sociais, com a sucessão que leva o engenho de tração animal a metamorfosear-se no engenho movido a energia hidráulica e este na usina, e, em consequência, o escravo no agregado e este no morador, concentrando mais e mais os poderes e segmentos de espaço nas mãos dos agora usineiros. (MOREIRA, 2018, p.73)

O século 20 se inicia com uma crise no setor canavieiro: a busca pela estabilidade e controle no mercado nacional. Com isso, o estado de Pernambuco sofreu um processo de competição entre as próprias usinas, visto que, todas elas buscavam o domínio de mercado na tentativa de suprir a demanda nacional. Em 1933 surge o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) com o objetivo de controlar as produções com um regime de cota para não haver uma superprodução. Nesse

momento o Estado oficialmente passa a ter um controle maior nas atividades sucroalcooleira e a cultura de cana passa cada vez mais a ser difundida no país.

É na década de 1970 que se inicia uma nova crise com a desestabilidade na venda do açúcar no mercado externo, ao mesmo tempo, que o país foi atingido por uma crise de petróleo. Esses dois marcos influenciaram na criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) que consistiu em incentivar a produção do álcool em substituição dos derivados de petróleo, atendendo a demanda nacional e do exterior. Nesse sentido a produção de cana voltou suas atividades para a produção do etanol, diminuindo a produção do açúcar para exportação. Inicia-se, portanto uma nova configuração no sistema canavieiro pernambucano, no qual vai se dar um processo intenso de expulsão de camponeses e camponesas:

Em Pernambuco, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco – FETAPE, mais de 40 mil sítios foram destruídos durante os primeiros cinco anos do Proálcool, causando a expulsão dos camponeses e das camponesas para periferia das cidades, ou como os próprios chamam “pontas de ruas”. Foi justamente nesse período, que houve um aumento da destruição da Mata Atlântica, para “dar” lugar à cana. Ainda desta época pode-se datar o avanço da cana sobre restingas e áreas de manguezais (SILVA JUNIOR, 2011, p. 07)

O fechamento do IAA e a finalização das atividades do Proálcool acontecem na década de 1980. Inicia-se, portanto um período de desregulamentação do setor, visto que as exportações passam a ser liberadas e os preços do açúcar e do álcool ficam desconfigurados. Em Pernambuco diversas usinas declararam falência, ao mesmo tempo em que, outras expandiam ainda mais sua produção. Essa conjuntura possibilitou o aumento da pressão, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na perspectiva de exigir a Reforma Agrária na busca de uma mudança estrutural de modelo de sociedade (DABAT, 2014).

O histórico das sucessivas crises no setor sucro-alcooleiro fez com que nos anos 2000 iniciasse com um declínio de suas atividades. Em Pernambuco de 1914 a 2000 as usinas reduziram em quase 50% conforme apresenta o quadro 02 a seguir.

Quadro 02 - Usinas em atividade em Pernambuco

Safra	Número de unidades produtivas
1914	56 Usinas
1933/34	68 Usinas
1953/54	55 Usinas e Destilarias
1963/64	51 Usinas e Destilarias
1973/74	38 Usinas e Destilarias
1986/87	38 Usinas e Destilarias
1995	33 Usinas e Destilarias
1997/98	33 Usinas e Destilarias
2000/01	31 Usinas e Destilarias

Fontes: ALBUQUERQUE, 2004, p.58.

Essa queda na produção acontece, principalmente porque há nesse período um afastamento do Estado no setor. Para Albuquerque (2004) apud Andrade (2001) o processo de crise nos anos 1990 na Zona da Mata de Pernambuco se deu pelos seguintes fatores: 1) Normalização dos preços de petróleo e desaceleração do Proálcool, 2) Finalização das atividades do IAA; 3) Queda no preço do açúcar no exterior, 4) Disputa com o sudeste na produção para exportação, 5) Crescimento da produção de açúcar no sudeste, 6) Transferência de algumas indústrias para o centro-sul, 7) Seca do estado de 1991 a 1995 e falta de políticas públicas para enfrentamento, 8) Falta e restrições de crédito, 9) Suspensão do pagamento da equalização dos custos de produção.

Atualmente, a zona da mata de Pernambuco ainda produz cana, porém em menor quantidade comparada a outros estados brasileiros. Vale salientar que a produção ainda conta com a participação de algumas famílias assentadas que ainda contribuem na atividade de plantio e colheita da cana, muitas vezes pela garantia de um dinheiro "fixo". Para Medeiros (2017) o processo de reconfiguração econômica que a zona da mata passou sob moldes de empreendimentos desenvolvimentistas colaboram no aumento da dificuldade de acesso a terra, da disparidade de renda e estrutura fundiária na região, do aumento da insegurança alimentar e pobreza, o que agravou a qualidade de vida da população local.

2.3 UMA OUTRA AGRICULTURA É POSSÍVEL: O ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ E SEU EMBATE COM O CULTIVO DE CANA

Diante do que foi exposto anteriormente, a zona da mata pernambucana possui grande problemática quando se fala em monocultivo de cana. Ao mesmo tempo em que essa condição do monocultivo e da concentração de terras se dá, diversas organizações, instituições, movimentos, territórios e pessoas tem debatido essas questões e constituído verdadeiros embates com esses monopólios de terras. A formação dos Assentamentos rurais é impulsionadora nesse processo de contraposição a esse sistema hegemônico, visto que são nesses territórios que é encontrado muitos moradores e moradoras com saberes heterogêneos e que refletem múltiplos processos de vida. A história de luta da maioria dos Assentamentos rurais em todo Brasil é marcada por vários conflitos e resistências; é encontrado nesses territórios posseiros (as), agricultores (as), pequenos produtores (as), seringueiros (as), assalariados (as), pessoas da periferia, atingidos (as) por grandes construções etc., todos por um único objetivo: uma redistribuição fundiária justa (LEITE et. al., 2004)

Com base no capítulo III da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, no artigo 184, da Constituição da República Brasileira afirma que cabe à união desapropriar por interesse social, com o intuito de reforma agrária, qualquer imóvel rural que não esteja cumprindo essa função social. Medeiros (2004) afirma que o termo "Assentamento rural" no âmbito das políticas públicas nomeia uma forma de intervenção fundiária unificada. Porém há uma extensa série de ações que vão desde processos de desapropriações de imóveis rurais até a destinação das pessoas acampadas que de certa forma contribuíram pressionando o estado. Para Zimmermann (1994, p.205): "O Assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas". Dessa forma, a luta pela terra faz com que essa heterogeneidade de pessoas e de saberes se unam em prol de um único objetivo: a reforma agrária.

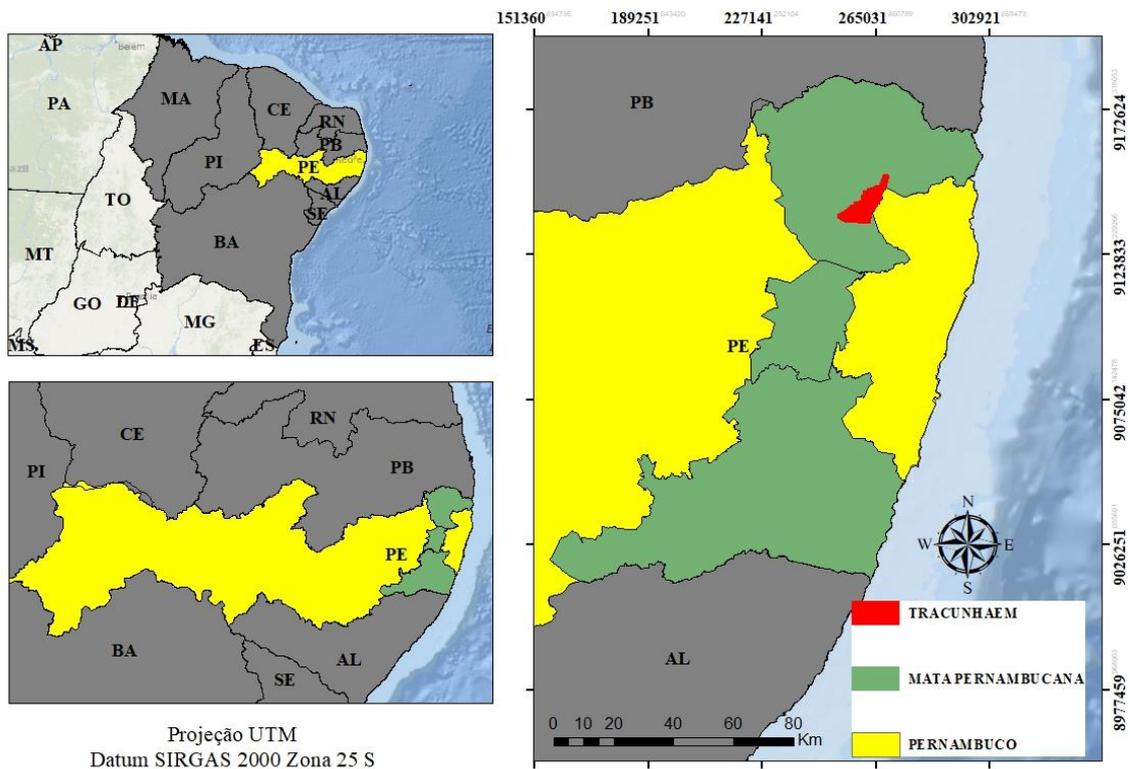
Fabrini (2003) retrata que o Assentamento é um espaço de continuidade da formação política e das lutas dos camponeses e camponesas junto aos movimentos sociais. Segundo o autor, a luta continua mesmo existindo o Assentamento, é uma

luta do camponês e da camponesa em criar o seu lugar de existência. Por outro lado, Leite et. al. (2004, p. 11) dizem que o Assentamento rural é “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”. Ainda segundo Leite et.al o Assentamento rural é o ponto de partida para resultados de mudança de curto, médio e longo prazo que atinge não só a vida dos assentados e assentadas, mas sim as escalas de municípios, estados, regiões na qual o projeto está inserido. LEITE et al (2004), sinalizam que o desenvolvimento dos Assentamentos foi marcado por muitos conflitos e ocupações, mas logo os Assentamentos foram ganhando visibilidade pela proporção de movimentos e articulações que se envolviam no processo:

O modo como se deu o desenvolvimento dos Assentamentos, na esteira dos conflitos e ocupações, gerando reações violentas, mas logo também despertando simpatia e tendo sua implantação desejada por alguns dos que antes os execravam; gerando políticas de Estado, ou pelo menos de governo, e logo se chocando com elas; dando lugar a experiências e avaliações diversas (sucessos e fracassos são cantados à esquerda e à direita sem que quase ninguém ouse fazer um julgamento global e definitivo), pacificando conflitos e provocando outros; mas sobretudo alterando a geografia agrária do país (e numa certa medida também sua “geografia política”), ganhando a visibilidade de um setor social com identidade e voz próprias e localizado territorialmente, garantiu a sua legitimidade como “solução”, ao mesmo tempo em que sua presença criou um problema novo que, num determinado nível, impôs uma certa redefinição aos termos em que se põe a questão agrária. (LEITE et. al, 2004, p. 66)

Nesse sentido um desses Assentamentos que questionaram o sistema agrário vigente foi o Nova Canaã, território foco desse trabalho. Tal Assentamento está localizado no município de Tracunhaém na zona da mata norte de Pernambuco (Figura 02). Segundo o último censo do IBGE, o município de Tracunhaém possui cerca de 13.055 habitantes na qual estão distribuídos em 135.496 km², está localizado a 55 km da capital Recife e tem como principal fonte de renda o comércio e as atividades voltadas ao cultivo de cana-de-açúcar. De acordo com os dados de pesquisa do INCRA divulgados no ano de 2015, cerca de 143 famílias são assentadas no município de Tracunhaém, na qual ocupam cerca de 1754,00 hectares.

Figura 02 - Localização de Tracunhaém, Pernambuco/BR.



A história do Assentamento Nova Canaã tem um marco em fevereiro de 1997 com a primeira ocupação de terra no complexo de Engenheiros Prado. Segundo relatos, cerca de 300 famílias apoiadas pela CPT Nordeste participaram dessa ocupação. O principal objetivo era a desapropriação do imóvel pertencente ao grupo João Santos, para fins de Reforma Agrária, visto que essa área por mais de 30 anos não estava sendo usada para produção. De acordo com agricultor e acampado, a primeira ocupação foi feita por um grupo muito diversificado de pessoas de distintas profissões e territórios:

Tinha muita gente, de todo tipo, tinha gente que era daqui mesmo e cortava cana. Outro povo num tinha onde morar e veio pra cá. Também tinha uns que já morava aqui e plantava agricultura. Eu antes de vim pra cá, passei doze anos trabalhando dentro de uma granja dentro de Goiana. (AGRICULTOR E ASSENTADO 1, 2019)

Segundo dados da CPT NE, esse primeiro acampamento foi organizado em cerca de 500 hectares e contavam com 210 crianças e 450 adultos que logo iniciaram o cultivo de seus alimentos na terra. Assim se organizaram em comissões para facilitar a limpeza, alimentação, vigilâncias e outras demandas que aparecessem no dia a dia. O primeiro passo, portanto foi levantar o barraco, depois construir a cozinha comunitária, logo em seguida construir um espaço que ia servir de escola e reunião, e começar a produção de alimentos. Fernandes (2013 p. 267) caracteriza o acampamento como um espaço de luta e resistência. Para o autor “A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades.” Assim o momento de acampar é a oportunidade de muitas famílias para reivindicar juntas, condições dignas de vida. O Agente pastoral entrevistado traz elementos sobre a estratégia de se produzir no acampamento:

Então a tarefa era ocupar, organiza o acampamento e começar a produzir, para poder ter a autonomia alimentar na ocupação, não depender de fora, mesmo sabendo que poderia haver um despejo a qualquer momento, mas a produção tinha pelo menos dois fatores: primeiro garantir alimentação da ocupação e segundo era para mostrar pra que aquelas pessoas vieram ocupar a terra, porque ocupar a terra, pra mostrar que ocuparam a terra pra produzir. (AGENTE PASTORAL 2, 2020)

A organização foi tamanha, que foi instalado um sino como forma de ajudar na comunicação, assim qualquer situação de emergência o sino tocava e todos e todas saiam de seus lugares para se reunirem. Como mostra a imagem abaixo (Figura 03), que retrata os primeiros dias de organização do acampamento.

Figura 03 - Primeiras imagens do acampamento em terras do Engenho Prado



Fonte: Arquivo CPT NE I, S/D

A cartilha “A re-volta dos camponeses e camponesas: a luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997-2005” elaborada pela CPT NE, traz a reflexão de que a história do acampamento nas terras do Engenho Prado foi marcada por longas mobilizações, audiências, julgamentos, ameaças, despejos e mortes. Em menos de um mês de acampamento ocorreu o primeiro despejo. Segundo relatos, representantes do governo do estado tentaram acordar outro local para implantar os Assentamentos, porém os acampados e acampadas não aceitaram e voltaram para as terras do Engenho Prado. Sobre isso, uma agricultora nos relata a sua percepção do início do acampamento:

A gente tinha muita coragem, ficava no sol e na chuva. Todo mundo se esforçou muito, só Deus pra nos deixar de pé. Muita gente não teve sorte que nem a gente, temos nosso cantinho aqui, nossa terra. Teve muita morte, gente queimado, afogado, que pegou doença. Foi muito difícil! A CPT que ajudou nós a nos organizar direito lá (acampamento) a gente ganhava comida, remédio, tudo AGRICULTORA E ASSENTADA 2, 2019)

Mesmo despejadas, essas famílias retornaram e continuaram a produzir seu alimento na terra, assim garantiam sua comida e impediam que o Grupo João Santos produzisse cana no local. Insatisfeitos com isso, o grupo empresarial entra com uma ação no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) para reflorestamento da área com bambu (Figura 04) como estratégia de garantir controle sob o território e refutar a ideia de que as terras estavam obsoletas. Amâncio (2006) fala que nesse momento a CPT começa a questionar o parecer favorável do IBAMA para o reflorestamento, visto que como pode ser considerado um reflorestamento se não existia bambu na área anteriormente? Assim inicia-se uma nova fase nessa história, a CPT convida técnicos de outros estados para verificar a área e o parecer deixa claro que não há nenhum fundamento para reflorestamento de bambu, ao contrário, existiam áreas de reserva legal ocupada pelo cultivo da cana, e que essas por lei são de mata.

Figura 04 - Imagem atual da presença de bambu referente a simulação de reflorestamento do grupo João Santos



Fonte: MELO, 2019.

Durante o processo de vistoria do IBAMA, o grupo João Santos retoma um processo esquecido entre Usina e arrendatários que outrora moravam nas terras, e

assim consegue em 2003 a reintegração de posse. O retorno dessa causa na justiça foi uma estratégia de expulsar as famílias acampadas, dessa forma o acampamento é invadido pela polícia que com a ajuda de tratores destroem a moradia e os roçados (Figura 05).

Figura 05 - Despejo e destruição da moradia e roçado dos acampados e acampadas nas terras do Engenho Prado, 2003



Fonte: Arquivo CPT NE II, S/D

Foi um dos conflitos mais violentos na história do Assentamento, assim, durante o enfrentamento os acampados e acampadas decidiram fazer uma linha de frente com as crianças que viviam no acampamento, visando um recuo da polícia nas suas terras. Porém, pouco adiantou e a polícia continuou a destruição de tudo que foi construído. Uma das agricultoras e acampadas conta que foi um momento muito difícil: “Foi tanta luta, foi um processo, foi tanto despejo, enfrentar as polícias foi muito difícil. A gente teve que colocar com as crianças na frente pra eles não atirarem, não conseguíamos dormir.” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019)

Figura 06 - Crianças e mulheres de frente para os policiais durante conflito, 2003.



Fonte: Arquivo CPT NE II, S/D

Sobre esse mesmo fato outro acampado narra, em forma de poesia, como foi esse momento:

Ai gritamos: negrada, acorda e presta atenção! Olha ali para a estrada vem soldado de borbotão. Todo mundo levantou-se com as ferramentas na mão. A gente se aglomerou bem em frente ao batalhão. Mulher com os filhos nos braços. Nós com enxadas na mão. Gritamos para os policiais 'Nós queremos terra e pão!' O coronel não gostou, achou que era agressão. Disse: 'não precisa disso, não quero aqui confusão' Apresentou para nós carta de reintegração. (AGRICULTOR E ASSENTADO 4, 2018)

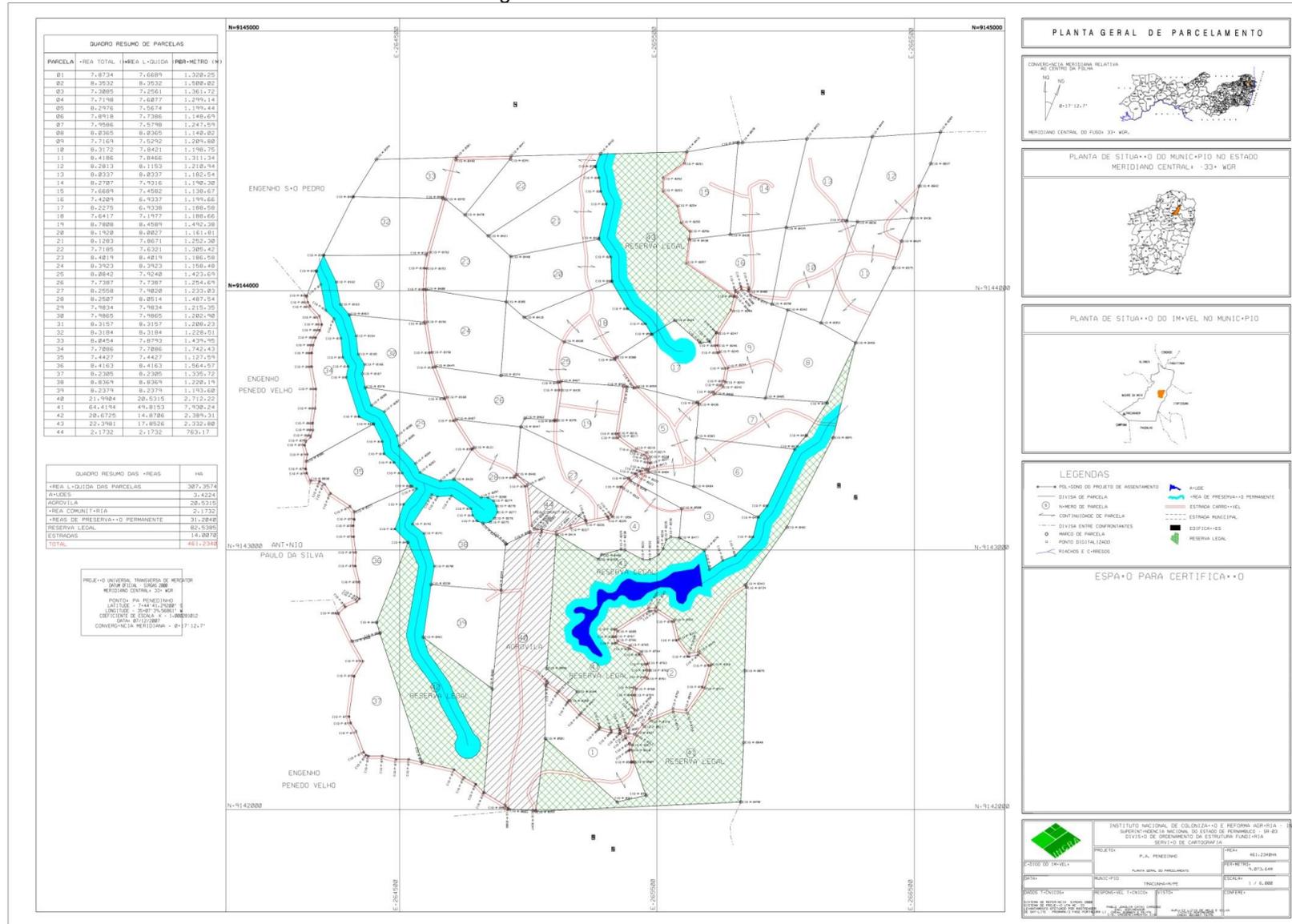
Mesmo sofrendo reintegração mais uma vez as famílias voltam para terra. No mesmo ano ocorre a primeira conquista desses acampados e acampadas: a desapropriação do Engenho Penedinho que também fazia parte do Grupo João Santos. É nesse momento que se forma o primeiro Assentamento (atual Nova Canaã), que abrigaria 39 famílias, ou seja, o Assentamento não teria capacidade para todas as famílias acampadas, conforme relata um dos agricultores e acampados da época:

A gente conseguiu a primeira vitória em fevereiro de 2003 com o Nova Canaã, mas não tinha espaço pra todo mundo não. Aí a gente fez sorteio pra ver quem ia se assentar. Graças a Deus eu consegui. Mas foi muita luta e resistência. É alegria pra nós que veio pra terra, mas tristeza por nossos companheiros que ficou na lona. (AGRICULTOR E ASSENTADO 5, 2019)

Nesse sentido, a desapropriação do Engenho Penedinho não foi suficiente. As pessoas tiveram que fazer sorteio na tentativa de deixar mais justo a escolha de quais famílias iriam ser assentadas nesse momento. A fala acima, demonstra que foi um momento muito tenso, visto que a luta era uma só e nem todas as pessoas tiveram a oportunidade de ter suas moradias fixas, continuando, várias delas residindo e produzindo embaixo da lona. Apesar da criação do primeiro Assentamento, as famílias são despejadas mais três vezes, novamente tem suas moradias e roçados destruídos, porém continuaram a resistir e permaneceram nas terras.

Assim em 2003 o Assentamento Nova Canaã é oficialmente criado pelo INCRA. Um dos assentados relatou que o nome "Nova Canaã" foi escolhido devido a semelhança da luta dos acampados e acampadas com a passagem cristã da chegada do povo de Israel à Canaã a terra prometida por Deus. Dessa forma esse Assentamento passa a contar com 461.2340 hectares e perímetro de 9.073,64 metros, divididos em parcelas produtivas, açude, agrovila, área comunitária, área de preservação permanente (APP), reserva legal e estradas. São 44 parcelas com área líquida de 307.3574 hectares. O açude corresponde a 3.4224 hectares, a agrovila com 205315 hectares, a área comunitária 2.1732 hectares, reserva legal com 82.5385 hectares e a APP com 312040 hectares (Conforme mostra a figura 07 disponibilizada pelo INCRA.)

Figura 07 - Planta Geral do Assentamento Nova Canaã



Fonte: Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As famílias que não foram sorteadas para fazer parte do Assentamento Canaã permaneceram no acampamento nas terras da usina. Foram mais dois anos de acompanhamento de processos, ocupações, despejos, vistorias e reconstruções. Somente em 2005 conseguiram a desapropriação de três engenhos: Papicú, Tocos e Taquara, mais tarde formando os Assentamentos Ismael Felipe e Chico Mendes II. Assim é finalizada uma longa fase de conflitos e incertezas para centenas de famílias que fizeram parte dos nove anos de luta para conquista da terra (Ver figura 08 a seguir), porém é iniciada uma nova fase de resistência e luta para permanência nesse território.

Figura 08 - Linha do tempo do Assentamento Nova Canaã

	300 famílias sem terra ocupam o engenho Prado, município de Tracunhaém		Após cada expulsão, os agricultores voltam para retomar a terra		Nova Canaã, Ismael Felipe e Chico Mendes têm 165 famílias com concessão de uso. A terra pertence ao INCRA.
1990-2000	1997	2003	2004	2006	2015
As lutas por uma reforma agrária para camponeses sem terras		Acontece a expulsão dos camponeses/as		Celebração da conquista da terra.	

Fonte: SILVA JUNIOR, S/D.

Atualmente o Assentamento Nova Canaã tem 55 famílias: assentados e assentadas da reforma agrária - esses moradores e moradoras do assentamento são pessoas que estavam no acampamento e ganharam o sorteio, mais agregados como filhos e filhas que construíram sua casa junto de seus familiares, bem como pessoas que de alguma forma entraram com o decorrer dos anos. Todas as famílias dispõem de casas com energia elétrica e água encanada. Todas as atividades de formação, conversas e reuniões são realizadas na sede da associação. O Assentamento é constituído por: agrovila, Área de Preservação Permanente (APP), reserva legal, parcelas de produção, sede da associação, igrejas, cozinha comunitária e biblioteca comunitária (conforme sistematizado no quadro 03).

Quadro 03 - Divisão estrutural do Assentamento Nova Canaã

<p>Agrovila</p>	<p>Lugar na qual as pessoas têm suas moradias, existindo ou não quintal produtivo</p>	
<p>Área de Preservação Permanente</p>	<p>Área protegida por lei, na qual deve ser mantida a fauna, recursos hídricos, solo, flora e toda a sua biodiversidade sem qualquer intervenção humana</p>	
<p>Reserva legal</p>	<p>Área na qual deve existir a preservação da vegetação natural, porém é possível que os moradores e moradoras locais possam utilizar os recursos naturais de forma sustentável</p>	

<p>Parcelas de produção</p>	<p>Espaço de produção agrícola</p>	
<p>Sede da associação</p>	<p>Território organização dos moradores e moradoras da comunidade.</p>	
<p>Igrejas</p>	<p>Local dos cultos religiosos</p>	

<p>Cozinha comunitária</p>	<p>Cozinha coletiva na qual são produzidos beneficiados em prol da comunidade</p>	
<p>Biblioteca comunitária</p>	<p>Ainda em construção</p>	

FONTE: MELO, 2020.

A APP se aplica conforme a Lei n. 12.651/2012 que visa a proteção de uma área coberta ou não com vegetação nativa na busca de preservar os recursos hídricos e o solo, conforme sinaliza Sousa (2018) “ O Código Florestal atual considera como APP as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima. ” Paulino (2012) revela que há algumas definições pré-estabelecidas delimitadas por condições edáficas e topográficas, para Áreas de Preservação Permanente, conforme revela o Código Florestal:

As áreas de preservação permanente foram claramente delimitadas segundo condições edáficas e topográficas, bem como de acordo com a dimensão e a natureza dos corpos hídricos, senão vejamos o prescrito no Artigo 2º: Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta

Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal; b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação. (PAULINO, 2012, p. 47)

No caso do assentamento Nova Canaã, a aplicação da APP se dá devido a grande presença de mata ciliar ao redor do açude que fica dentro do território. Diferentemente da reserva legal (que pode ser explorada de forma sustentável no atual código florestal), a APP tem a função de conservar a paisagem por isso ela passa por um processo de regeneração natural, porém no Assentamento Nova Canaã, conforme relatos, ocorreu um trabalho de reflorestamento com plantações de mudas de espécies nativas, feito por um grupo de jovens do assentamento no ano de 2010. "Acho que uns 10 anos atrás os jovens se juntaram e fizeram uma prática lá na APP mas só de espécies da mata mesmo, pra ajudar a ela ficar mais bonita. Aí eles plantaram só planta que tinha lá mesmo de floresta, nenhum alimento" (AGRICULTOR E ASSENTADO 6, 2019).

Segundo uma das agentes pastorais que acompanhou o Assentamento, cada parcela de produção tem em média 5 hectares, porém algumas que estão inseridas em APP ganham mais 2 hectares para preservação: "Por tá em área APP fica 07 hectares, que é um desconto da APP pra eles preservarem; sendo que tem muita gente que não entende, ou não sabe e planta dentro da área da APP, por pensar que faz parte" (AGENTE PASTORAL 1, 2019).

A história do Assentamento Nova Canaã, é a exemplificação de várias mobilizações que acontecem na zona da mata pernambucana contra o sistema opressor de cana. A luta de ocupação no Complexo dos Engenhos Prado foi emblemática, sendo manchetes de vários jornais importantes da época (ver anexo 01). Dessa forma, a história da luta ficou conhecida por todo estado, até hoje inspirando re-voltas e ocupações na busca de garantias do direito de viver na e da terra.

3 AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES: CAMINHOS PARA UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

“As monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção.”
(Vandana Shiva)

No capítulo anterior, foi trazido um pouco de como se deu o processo de conquista da terra do Assentamento Nova Canaã e um panorama da questão agrária brasileira. Este capítulo irá dar continuidade a essas reflexões a partir de elementos que versam a respeito das estratégias que garantam a permanência das pessoas que lutam pela terra e lutam para permanecer na terra. Nesse sentido, procurou-se discutir o histórico e as questões conceituais da agroecologia e da ecologia de saberes, fazendo a reflexão de como desde essa perspectiva podemos pensar na caminhada de transformação dos sujeitos envolvidos.

3.1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA AGROECOLOGIA

Diante dos desafios impostos pela sociedade moderna de superexploração da terra e de todos seus recursos, a agroecologia vem se tornando cada vez mais um elemento fundamental na contraposição a esse paradigma dominante. Apesar da prática e dos saberes serem muito antigos, o termo agroecologia ainda é recente. Hecht (1993) em sua publicação denominada “A evolução do pensamento agroecológico” ressalta que o termo agroecologia surge com a necessidade de se diferenciar da agricultura dita como convencional de base industrial agroquímica, porém as práticas da agroecologia são tão antigas quanto o surgimento da própria agricultura. Assim, as primeiras publicações científicas que trouxeram a palavra agroecologia são datadas em 1928 e 1930 por Bensin apud Hecht (1993) nas obras *Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties chorotypes* (1928) e *Possibilities for international cooperation in agroecological investigations* (1930), assim o termo é expandido para várias regiões do mundo introduzindo o conceito, o método e o uso da terminologia.

No Brasil, esse processo de estudo se inicia através da busca de uma agricultura alternativa principalmente ao final da década de 1970 a partir de várias

pesquisas e movimentos contrários à expansão da agricultura tecnológica. Brandenburg (2002) fala que há três fases fundamentais na trajetória agroecológica no Brasil: i) a emergência de um movimento contra a industrialização da produção agrícola; ii) novos grupos e formas de se organizar socialmente; e iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhada por uma diluição parcial de seus princípios. Segundo Silva (2011) o movimento de resistência e de insatisfação do modelo agrário capitalista que surgiu no Brasil foi muito influenciado pelo movimento europeu, após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da Rachel Carson em 1962. A obra teve grande repercussão mundial, visto que trouxe à tona os riscos do principal 'pesticida' usado na revolução verde o Dicloro-difenil-tricloroetano (DDT), sendo o texto referência no alerta de como a agricultura química trazia danos ao ser humano e a natureza.

De acordo com Luzzi (2007) ainda na década de 1970 há um processo de fortalecimento dos movimentos e organizações não governamentais ambientalistas. Foram inúmeras iniciativas e articulações criadas na época, porém houveram dois grandes marcos nesse período: a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que passa a centralizar a atuação das agricultoras e agricultores alternativos e mais tarde os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) seguindo a linha de crítica ao processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira. O nascimento de movimentos como o da CPT e MST dedicados à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo também foram fundamentais. É nesse momento que a agroecologia além de ciência e prática vai se constituindo também movimento.

Nesse sentido o movimento agroecológico no Brasil vai ganhando forças, através da criação de uma identidade contra-hegemônica proporcionada pela criação de associações locais, articulação com outros movimentos e diversas outras formas de refletir processos coletivos de mobilização. Assim, em 2002 é realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), possibilitando pela primeira vez, um panorama da diversidade das experiências agroecológicas existentes no país. O encontro foi realizado no Rio de Janeiro e contou com mais de 1000 pessoas. O principal resultado desse encontro foi a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como forma de comunicar e fortalecer a agroecologia no Brasil. (LUZZI, 2007)

Mais tarde, no ano de 2004 é criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) realizado em Porto Alegre. Sendo criada com o objetivo de reunir profissionais e estudantes, na busca de construção do conhecimento agroecológico. Ela tem contado com oito Grupos de Trabalhos, são eles: Agrotóxico e transgênicos, Campesinato e Soberania Alimentar, Construção do Conhecimento Agroecológico, Cultura e Comunicação, Educação em Agroecologia, Gênero, Juventudes e Saúde.

Em 2006 é realizado o II ENA em Recife, que permitiu grande troca de conhecimentos e sistematização de experiências, foram construídos mapas com as expressões da Agroecologia nas regiões do Brasil e teve como principal eixo a exigência de políticas públicas que fortalecessem as iniciativas e projetos no país. A carta política gerada nesse encontro nos traz elementos do processo histórico de construção de uma identidade agroecológica brasileira:

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadora e suas organizações em todo país tem compreendido que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional (CARTA POLÍTICA DO II ENA, 2006, p. 02).

A aproximação com experiências em agroecologia latino-americana fez com que o Brasil pudesse, cada vez mais, construir sua percepção do que é agroecologia. Emma Siliprandi (2009) lembra que o discurso sobre a agroecologia passou a ganhar espaço na academia e na pauta do Estado a partir do momento que há a criação de programas de apoio de crédito, pesquisa, assistência, capacitação e comercialização em nível municipal, estadual e federal. A autora continua nos fazendo refletir na criação nesse momento do “campo social” agroecológico, cujo conceito passa a considerar uma proposta de transformação social:

O discurso agroecológico passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos e dentro do Estado, com a incorporação, mesmo que pontual, de programas de apoio à agroecologia por meio de projetos e políticas públicas (de pesquisa, crédito, comercialização, capacitação, assistência técnica), em nível municipal, estadual e federal. Assistimos, assim, nesta última década, à conformação de um “campo social” agroecológico, dentro do qual gravitam discursos e práticas identificados com essa proposta de transformação social. Muitas instituições que participam hoje da Articulação Nacional de Agroecologia, foram, ao mesmo tempo, impulsionadoras e produto dessa história. (SILIPRANDI, 2009, p. 52)

Atualmente, a concepção mais usada é a de que a agroecologia é prática, movimento e ciência, porém sua conceituação ainda está em processo de construção. Para Wezel (2009) há uma ligação entre uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para alcançar os objetivos e uma forma de produzir o conhecimento (a ciência). Irene Maria Cardoso em entrevista concedida no X Congresso Brasileiro de Agroecologia (2017) reflete esse tripé ciência, movimento e prática:

A agroecologia começou há 10 mil anos, com a prática dos agricultores, dos povos tradicionais, como Dona Dijé, que disse na abertura do congresso que a agroecologia deu voz aos conhecimentos do seu povo, porque eles já faziam assim, mas não canalizavam essas vozes – que foi canalizada pela agroecologia. São os agrossistemas sustentáveis feitos, desenhados e manejados pelos povos e comunidades tradicionais, pelos agricultores e camponeses desse país e do mundo todo que trazem os princípios da agroecologia enquanto ciência. (CARDOSO, 2017, Informação verbal)

Para Machado e Machado Filho (2017) a agroecologia como uma prática, viabiliza a conexão entre conhecimento tradicional e científico por meio da introdução de tecnologias no cotidiano dos agricultores e agricultoras no sentido de produzir alimentos livres de agrotóxicos. Dessa forma os autores complementam:

A agroecologia, como nós compreendemos, dispõe dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio. Assim como se pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos pode-se, também, produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente, com outros métodos, onde a proteção à diversidade é axiomática (MACHADO & MACHADO FILHO, 2017, p. 37).

Na concepção de Leff (2002) o saber agroecológico é o bem primordial na construção de um novo paradigma produtivo, permitindo a possibilidade de produção de alimentos conjugada à natureza e não à indústria. Tal saber proporciona propostas de ação social de enfrentamento à lógica perpetuada pelo modelo produtivo hegemônico industrial, dando suporte a substituição para uma “agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável”. Assim as experiências agroecológicas permitem visualizar uma agroecologia de condições diversas, de múltiplos saberes e conhecimentos, de inúmeras práticas culturais, de diferentes sujeitos e principalmente de diferentes racionalidades.

Guzmán (2004) chama a atenção que a agroecologia é uma resistência popular agrária ao processo de modernização e é também o principal elemento para promoção da soberania alimentar. Para o autor uma das principais características da agroecologia é o respeito as estruturas e processos diversos que promovem a reprodução social e formas de ações coletivas. Nesse sentido Toledo (2012) complementa defendendo que a agroecologia vai muito além de uma simples ciência, ela oferece elementos de inserção do modelo agroecológico como forma de contemplar as necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa, ao contrário do modelo agroindustrial que possui uma dependência tecnológica sem valorizar os processos, pessoas e conhecimentos. Nesse sentido ele desenvolve um quadro comparativo do modelo agroecológico e do modelo agroindustrial (Quadro 04):

Quadro 04 - Diferenciação da agricultura tecnicista para a agroecologia

MODELO AGROECOLÓGICO	MODELO AGROINDUSTRIAL
Ciência da complexidade, multi- e/ou interdisciplinares e holística	Ciência especializada, analítica, reducionista
Auto-suficiência tecnológica	Dependência tecnológica
Diálogo de saberes	Domínio epistemológico
Pequena escala	Grandes propriedades
Uso Diversificado	Uso especializado
Baseada em energia solar direta ou indireta (hidráulica, eólica, animal e humana)	Baseada em energia fóssil (petróleo y gás)

Reciprocamente com os processos naturais	Controle e domínio dos processos naturais
--	---

FONTE: TOLEDO (2012)

Durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) realizado em novembro de 2013, Eduardo Sevilla-Guzmán em sua palestra denominada *A Formação em Agroecologia*, nos trouxe algumas estratégias de enfrentamento à modernidade capitalista e visibilizar experiências que vão nesse sentido:

La agroecología es una estrategia de enfrentamiento aquello que esta destrozando la naturaleza, que es la agricultura industrializada, por aquello que esta destrozando también la sociedad, eso capitalismo. La Agroecología genera mercados alternativos, dónde no existe la lógica de lucro y dónde la extracción de excedente se emité. La Agroecología es un enfrentamiento a la modernidad capitalista. Y así lo creaba por la gente, en los términos que voy a contar ahora. Creo que crece muy claro, porque una parte de la Agroecología no si puede confundir con el todo. La Agroecología no existe sin su dimensión política y mucha gente se quedaba en su dimensión técnico-agronomica pero eso es una tontería. Porque para eso está la agricultura ecológica y sus muchos estilos, que se meten en mercado y que contribuyen con aquello capitalismo. Pero la Agroecología trata de enfrentarse, obstaculizar el capitalismo y trata de devolver la visibilidad a las experiencias, que son espacios vazios de capitalismo. (SEVILLA-GUZMÁN, 2013, informação verbal, apud SILVA, 2015, p.36)

Altieri (2004) entende a Agroecologia como meio de superação da crise ambiental, concebida pela relação entre o ser humano, o ambiente, o agroecossistema, agregando as questões sociais, ecológicas e econômicas. Para ele a agroecologia é uma ciência que estuda o agroecossistema e sua interação com conhecimentos de diversas áreas de conhecimento, que permite uma crítica ao capitalismo e à agricultura industrial, na busca por mudanças econômicas e estruturais na sociedade.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional-genética, agronomia, edafologia-incluindo dimensões

ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. (ALTIERI, 2004, p. 03)

Diante disso, percebe-se que há diferentes concepções de agroecologia, entretanto ainda é um conceito em processo de construção. Pereira (2007) traz que as experiências em agroecologia possuem princípios em comum ligados a produção: consórcio de espécies, uso de sementes, manutenção de plantas nativas, incorporação das árvores dentre inúmeras outras práticas que possibilitam a regeneração ecológica, recuperação do solo, da vegetação e da fauna, possibilitando funções valiosas para o nosso futuro. A agroecologia incorpora uma visão que integra as dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas que englobam territórios, conhecimentos e sujeitos diversos, possibilitando especificidades em cada experiência praticada. Assim Luzzi (2007, p. 04) ressalta que vai se desdobrando um grande interesse e participação social no processo de construção da agroecologia: 'várias pessoas e grupos sociais passam a identificar na agroecologia um caminho para fortalecer suas reivindicações e alcançar seus próprios objetivos'.

Nesse sentido, pensar em uma transição de modelo convencional para a agroecologia, não se trata de um processo repentino apenas de mudança de hábitos, e sim um processo mais longo. Costabeber (2013) sintetiza, em sua obra "Acción colectiva y procesos de transición agroecológica", que a transição é: "...processo gradual de mudança (...) nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção; (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos), a um outro sistema de produção, que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica". O termo transição indica um procedimento de passagem de um modo de ser ou estar, a outro diferente do inicial. Ao mesmo tempo traz a idéia de coexistir, como por exemplo a relação entre o que é tradicional e moderno nas relações industriais modernas (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWKY, 2013, p. 20).

Ainda sobre o tema, Caporal (2009) afirma que a transição agroecológica deve considerar a complexidade de processos socioculturais, econômicos e ecológicos. Assim a transição deve ser realizada de forma multilinear e gradual de

mudanças para agriculturas mais sustentáveis. Por ser um processo social, altera os aspectos ecológicos e produtivos e transforma as relações sociais e valores do uso e cuidado com a terra no decorrer do tempo. Nessa mesma linha, Schmitt (2009) pondera que a agroecologia implica em um movimento não linear construído socialmente:

A abordagem aqui proposta procura se distanciar, portanto, de uma visão da transição agroecológica como uma intervenção planejada, buscando compreendê-la como uma construção social (ou eco-social) que emerge através das interações que se estabelecem entre atores, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural. Mais do que afirmar, de forma inequívoca, a validade deste conceito e de sua aplicação “em todos os contextos e em todos os lugares”, o que se procura aqui é problematizar a leitura e investigação dos processos de mudança socioambiental na agricultura, a partir de um ponto de observação que a idéia de transição agroecológica nos permite exercitar. (SCHMITT, 2009, p.01)

Ana Primavesi (2012, p. 35) colabora no pensamento de que “Agroecologia não é simplesmente fazer um milagre ecológico; é trabalhar como a natureza trabalha. ” Nesse sentido, a transição para agroecologia perpetua em processos, aprendizados, construções que vão além do nosso tempo. A partir do momento que agricultura capitalista é questionada já está existindo um processo de transição, referente à dimensão mental, primeiro passo fundamental na busca por um novo paradigma e o retorno dos conhecimentos populares de quem sempre praticou uma agricultura sustentável de bases agroecológicas.

3.2 ECOLOGIA DE SABERES: INDO ALÉM DO PENSAMENTO OCIDENTAL

Um dos principais pontos para a agroecologia é a valorização dos saberes das e dos agricultores que praticam esse modo de vida, essa forma de se fazer agricultura. Assim um elemento fundamental nesse processo é a ecologia de saberes, um conceito em construção que visa o diálogo entre vários saberes, ademais que muitos deles foram invisibilizados ao longo do tempo. Boaventura de Sousa Santos (2009 p. 03) enuncia que há “ linhas radicais que dividem a realidade

social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Nesse sentido, “o outro lado da linha” tem todos os conhecimentos produzidos tidos como inexistentes, já que “deste lado da linha” há um processo radical de hierarquia que impossibilita a presença de outros conhecimentos. Ainda diante da exposição do Boaventura de Sousa Santos, essa forma de dividir dois lados na realidade social deriva de um pensamento abissal, ou seja, aquele que apresenta distinções do que é visível e do invisível. Santos (2010, p. 55) destaca: “... uma das premissas consolidadas do pensamento abissal seja, ainda hoje é a da crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso”.

Quijano (2007) sublinha que o colonialismo e a colonialidade atendem a necessidade do capitalismo, configurando assim um universo de relações intersubjetivas de dominação eurocêntrica. O colonialismo continuou sob a forma de colonialidade de poder e de saber, apesar daquele ter terminado permaneceu a colonialidade. Mignolo (2003) fala que a colonialidade se reproduz em três dimensões: o saber, do poder e do ser, para o autor o processo descolonial é “Reinscrever na história da humanidade o que foi reprimido pela razão moderna, em sua versão de missão civilizadora ou em sua versão de pensamento teórico negado aos não-civilizados” (MIGNOLO, 2003, p. 158),

Santos (2010) em seu livro *Epistemologias do Sul* ressalta que: “O colonialismo, para além de todas as dominações que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. Diante disso é criada uma relação de poder subalternizando os sujeitos que não se encaixam nos moldes da sociedade eurocêntrica. Dessa maneira esse pensamento moderno ocidental vem promovendo a unilateralidade do ser, influenciando culturas, religiões, estéticas, dentre inúmeros outros padrões pelo mundo. Shiva (2003) reflete que os saberes locais desaparecem quando interagem com o saber ocidental dominante, através da negação de sua existência. Para a autora isso fica claro na análise do sistema de globalização na qual a sociedade está inserida, em que o saber ocidental é tido como universal. A autora afirma:

A dicotomia universal/local é desvirtuada quando aplicada às tradições do saber ocidental e autóctone porque a tradição ocidental é uma tradição que se propagou pelo mundo inteiro por meio da colonização intelectual. O universal deveria disseminar-se imparcialmente. O local globalizador espalha-se pela violência e pela deturpação. O primeiro plano de violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do Ocidente. (SHIVA, 2003, p.11).

Cruz (2017) traz a reflexão de que a colonialidade reverbera uma herança cultural, cognitiva e epistêmica materializada no eurocentrismo. Esse processo influencia em grande parte da produção intelectual, colocando o eurocentrismo, como único conhecimento válido na modernidade. Ele continua afirmando que para superar as narrativas coloniais é preciso repensar a forma ao qual o tempo, o espaço e as diferenças são concebidos, buscando pensar que existe uma multiplicidade de vozes, temporalidades e histórias.

Assim a ecologia de saberes defende um processo coletivo de produção de conhecimentos que reforcem as lutas pela emancipação social, reconhecendo uma infinita pluralidade dos saberes. Assim, Boaventura Santos (2009) traz o pensamento pós-abissal, uma nova forma de pensar uma sociedade com justiça cognitiva igualitária, ou seja, na qual todos e todas construam o discurso intelectual mundial. Para o autor este pensamento envolve a ruptura radical das formas ocidentais modernas de pensar e de agir, segundo ele “subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e... a injustiça global estaria... estritamente associada à injustiça cognitiva” p.10. É, portanto, um processo de visibilização da diversidade de práticas, epistemologias e culturas que são desqualificadas pela lógica hegemônica. Santos (2010, p. 53) sinaliza que a monocultura da ciência moderna é confrontada pela ecologia de saberes e ressalta que: “é uma ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna). ”

Adiante disso, Santos (2006) indica duas categorias fundamentais nesse processo de pôr em prática a ecologia de saberes: a sociologia das ausências e das emergências. A sociologia das ausências demonstra que há processos plurais que estão sendo deixados de lado, nas mais diversas áreas de conhecimentos, por um desperdício da experiência. Assim, ela tem como objetivo “transformar objetos

impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2006). É nessa categoria que a ecologia de saberes tem seu papel fundamental na ampliação do presente, identificando as experiências marginalizadas que sobreviveram ao epistemicídio e tornando-as alternativas das monoculturas dominantes. Já a sociologia da emergência seria a ampliação do futuro, a partir da visão de experiências sociais possíveis, como forma de multiplicar e diversificar as experiências. Essa sociologia garante “possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas” (SANTOS, 2009 p. 21) que só é possível a partir da construção de uma visão do presente associada as possibilidades e expectativas para o futuro.

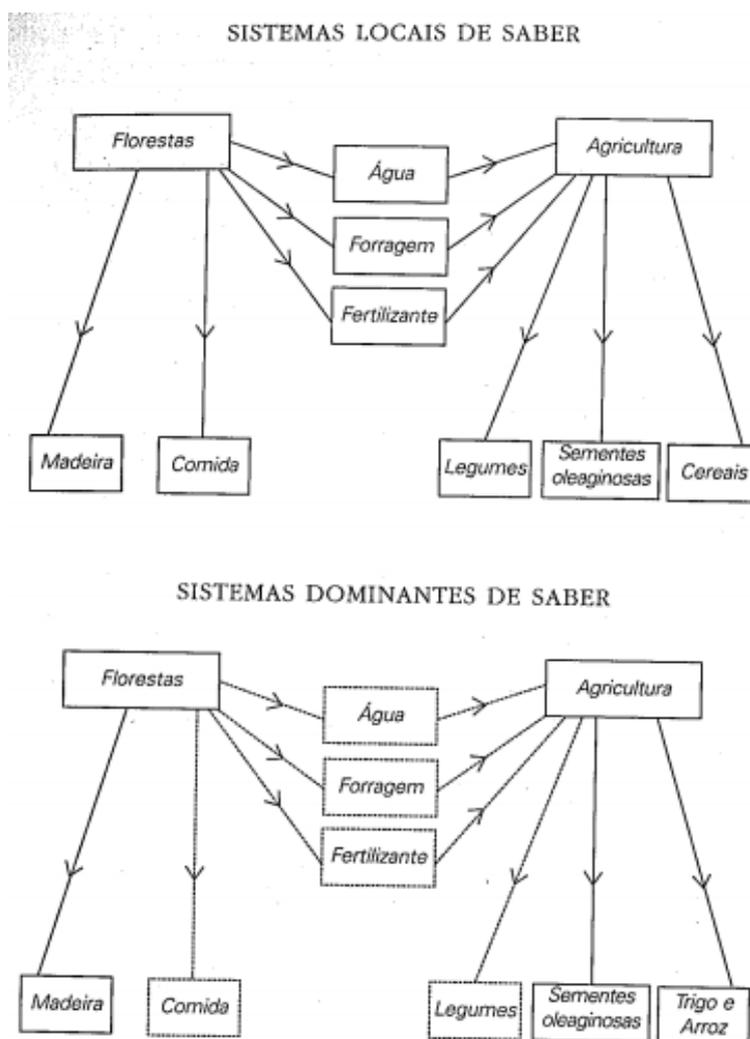
Enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais. A discrepância entre experiências e expectativas é constitutiva da modernidade ocidental. Através do conceito de progresso, a razão proléptica polarizou esta discrepância de tal modo que fez desaparecer toda a relação efectiva entre experiências e expectativas: por mais miseráveis que possam ser as experiências presentes, isso não impede a ilusão de expectativas riosas. A sociologia das emergências mantém esta discrepância, mas pensa-a independente da ideia do progresso, vendo-a antes como concreta e moderada. Enquanto a razão proléptica ampliou enormemente as expectativas e com isso reduziu o campo das experiências e , portanto, contraiu o presente, a sociologia das emergências busca uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, o que, nas actuais circunstâncias, implica dilatar o presente e encurtar o futuro. Não se trata de minimizar as expectativas, trata-se antes de radicalizar as expectativas assentes em possibilidades e capacidades reais, aqui e agora. (SANTOS, 2006, p. 797)

A difusão de uma ciência universal estreita ainda mais o confronto entre as práticas dominantes unilaterais e as práticas marginais diversas. Nesse sentido, criam-se fragmentações que provocam a monocultura mental que impedem alternativas locais de saber. Nesse sentido Shiva (2003) retrata que:

As monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. (...) A expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. Isso se aplica tanto à Revolução Verde quanto à revolução genética ou às novas biotecnologias. (SHIVA, 2003, p. 69)

Shiva (2003) compara a monocultura mental com o sistema de agricultura "científica" na qual dividem a planta em domínios individuais levando em consideração apenas os mercados isolados, é o exemplo da silvicultura. Na silvicultura tradicional as pessoas têm na floresta um espaço de obtenção de comida e de dependência da fertilidade da floresta para fertilidade da terra que é cultivável, enquanto na silvicultura científica a sua única função é a obtenção de madeira. Assim a silvicultura científica universaliza a tradição local de obtenção dos recursos florestais e a transformam em interesses comerciais, apagando, todo o elo cognitivo que associa a silvicultura à produção de alimento, à agricultura, conforme mostra a figura 9 abaixo:

Figura 09 - O saber dominante e o desaparecimento das alternativas



FONTE: SHIVA, 2003

Levando em consideração o contexto na qual o trabalho está seguindo, o pensamento abissal é o pensamento técnico de uma agricultura moderna colonial que foi instalada de maneira totalmente vertical, promovendo invisibilização dos conhecimentos de quem já praticava agroecologia nesses territórios. Para Pereira (2005) a medida que as sociedades foram se organizando levou a uma grande transformação dos ambientes e a valorização de uma racionalidade hegemônica, assim como contribuiu para a desvalorização dos saberes das populações que se organizam sob outras racionalidades, como é o caso dos agricultores e agricultoras quem mantêm os ambientes conservados. De um lado observa-se o conhecimento de uma agricultura moderna tecnicista de outro uma agricultura popular, diversa e aberta a trocas e diálogos. Portanto, há um antagonismo entre a agroecologia e a agricultura tecnicista/capitalista, como podemos visualizar no quadro 5.

Quadro 05 – Agricultura tecnicista x Agroecologia

AGRICULTURA TECNICISTA		AGROECOLOGIA	
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS	EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	BEM-VIVER
USO DE AGROTÓXICO E FERTILIZANTES QUIMÍCOS	FALTA DE DIVERSIDADE	NÃO AO USO DE AGROTÓXICOS	AGROBIODIVERSIDADE CRESCENTE
NEGAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS	CARATÉR EMPRESARIAL MERCADORIAS	VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR	ALIMENTOS SAUDÁVEIS
DESAPARECIMENTO DE POPULAÇÕES DE SERES VIVOS	SEMENTES MODIFICADAS	CONVIVÊNCIA ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA	SEMENTES CRIOULAS

Fonte: MELO, 2017.

Dessa forma, percebe-se que há um processo de luta para viabilizar as variadas formas de perceber e experimentar o mundo que foram colocadas como

inexistentes pela colonialidade do saber. A ecologia dos saberes permite que os diferentes saberes conversem e se complementem. Nunes (2006) anuncia que esse processo não se resume em desqualificar a ciência, mas sim a definição da relevância de que outros modos de conhecimentos têm sua função e legitimidade, podendo até esses conhecimentos serem antagônicos. Nesse processo histórico os grupos subalternizados resistiram, resistem e re-existem ao processo colonial de dominação.

4 DESCONSTRUINDO O PROJETO COLONIAL

“O amor nasce e nós o cultivamos”.
(João de Quina, assentado do Nova Canaã, zona da mata norte (PE))

Este capítulo foi construído com base nas experiências de campos e nos relatos dos assentados e assentadas do Nova Canaã, bem como nos depoimentos de agentes pastorais que atuam/atuaram nesse território. Foram utilizados também como base, arquivos da CPT, procurou-se trazer aqui alguns resultados da pesquisa como forma de relatar algumas das práticas de resistência, r-existência presentes no Assentamento.

4.1 A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA: O ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ

Como visto no capítulo anterior, a agroecologia e a ecologia de saberes são elementos fundamentais para visibilizar os diversos saberes presentes no território, bem como contrapor o projeto colonial da agricultura. Assim, entende-se que a busca por uma agricultura que vá além de um pacote pronto, é um processo de descolonização que contrapõe a colonialidade a partir de processos de resistência. Nesse sentido, vários sujeitos vão “sustentando e criando territórios onde podem habitar os modos de vidas não hegemônicos” (ZIBECHI, 2015). Scott (1985) entende que existem “formas cotidianas de resistência” em um processo de luta constante entre o campesinato e os que buscam nos camponeses a extração de seu trabalho, sua comida, seus impostos. Para o autor a resistência contínua em pequena escala, quando organizada, tem um papel fundamental no processo de repreensão aos dominadores, possibilitando a oposição por parte dos camponeses e camponesas. É, portanto uma forma de resistir diariamente diante das expressões hierárquicas de poder, trata-se de uma expressão da luta de classe:

Micro resistência entre camponeses é qual quer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores. (SCOTT, 2002, p. 24)

Assim, no Assentamento Nova Canaã, esse processo de resistência diária vai se consolidando a partir do momento que há a negação, por algumas famílias, de se produzir cana-de-açúcar em um território que tende a homogeneizar as práticas produtivas há cinco séculos na zona da mata pernambucana. É criado, um processo de emancipação, de resistência e ruptura do pensamento colonial, visto que, mesmo diante do monocultivo de cana ao redor de todo Assentamento (Conforme mostra a figura 10), várias famílias já optaram por produzir alimentos sem venenos.

Figura 10 - Vista de satélite do Assentamento Nova Canaã rodeado pela plantação de cana de açúcar (Tracunhaém, PE, Brasil)



Fonte: MELO, 2020

Ainda há o questionamento referente a cana presente dentro do Assentamento, visto que, algumas famílias optam por produzir alimentos agroecológicos para consumo e cana para venda. Porém, muitos assentados e assentadas relataram em entrevista que a cana destrói a força e a potência de se

produzir agroecologicamente, demonstrando um pensamento descolonial. Como bem relata um dos assentados que nos conta sua experiência:

É muito difícil plantar com essas cana aqui em volta. Vê também que várias pessoas ainda não mudaram esse pensamento de colocar veneno nas plantas. Eu mesmo nunca gostei dessa cana, ela só traz dor de cabeça. Aqui eu boto veneno não, tudo natural, porque cada vez que consumimos produtos com agrotóxico prejudica nossa saúde. (AGRICULTOR E ASSENTADO 6, 2019, Informação verbal)

Nesse sentido essa busca por sair da lógica hegemônica é uma resposta da ecologia de saberes, que permite o protagonismo dos assentados e assentadas em discutir essa problemática e em pensar estratégias, alternativas para que a ruptura com um processo colonial aconteça. Nesse contexto a diversidade de trajetórias de vida, de saberes e percepções permitem a criação de uma pluralidade de propostas e idéias de ações coletivas fazendo essas pessoas se sentirem parte daquele território. É o exemplo de uma das assentadas entrevistadas quando questionada sobre sua relação com o Assentamento:

Aqui é o meu lugar, eu não me vejo em outro canto não, minha vida tá ótima. Aqui todo mundo pode dar opinião, num tem isso de só presidente e tudo mais não, cada um pode falar o que quiser para solucionar os problemas. (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019, Informação verbal)

Diferentemente da maior parte da organização espacial dos Assentamentos da zona da mata de Pernambuco, que são divididos em lotes isolados, o Assentamento Nova Canaã é demarcado em forma de agrovila, o que promove, ainda mais, o processo de coletividade. Essa forma de organização espacial permite que as casas possam ser construídas perto uma da outra, facilitando a realização de atividades comunitárias em prol do funcionamento da área comum do Assentamento. Destaca-se mais uma dimensão associada à Ecologia de Saberes: a diminuição do pensar individual para a diversidade do pensar coletivo.

A gente soma a fala de todo mundo, une as idéias para que seja bom pra todo mundo, né, pro Assentamento todo. Quando um fala aí o outro complementa, já dá outra idéia e tem que ser assim. Tem uns que são mais calados, outros fala mais, sabe falar melhor e assim vai. O que importa é que a gente se resolve no coletivo. (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019, Informação verbal).

Assim, o processo de organização interna é pautado nesse coletivo. Todo mês há uma reunião geral, na qual debatem sobre o que se precisa organizar no Assentamento, de forma a propor melhorias estruturais, sociais e econômicas. Os eventos, encontros e reuniões em prol do Assentamento acontecem na sede da associação, como conta um dos assentados entrevistados:

Tem reunião na primeira semana do mês, falamos dos problemas interno, algum benefício para a comunidade, qualquer problema pra ser discutido, são mais ou menos 55 famílias associadas. É um momento muito bom porque as vezes a gente precisa resolver alguma coisa e já fala na reunião pra os companheiros ajudarem. (AGRICULTOR E ASSENTADO 5, 2019, Informação verbal)

A sede da associação também recebe todas as reuniões e eventos que envolvem a universidade, movimento, data cristã e visitas em geral. A figura 11 mostra um dia de campo na qual receberam a visita da turma de graduação da geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Na foto alguns jovens assentados e assentadas compartilham suas experiências com os e as estudantes.

Figura 11 - Dia de visita de estudantes da UFPE



Fonte: PEREIRA, 2018.

A manutenção da área comum do Nova Canaã é feita em forma de mutirões, opção essa que tem como objetivo a busca pela integração do grupo, o aumento da mão de obra e diminuição do tempo de serviço. Essa manutenção pode ser a reforma ou construção de uma área comum a todos e todas, a capinação da única estrada que dá acesso ao Assentamento (Conforme figura 12), manutenção da rede elétrica, dentre outras demandas apresentadas.

Figura 12 - Único acesso para Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2019.

O incentivo a criação de grupos de jovens e mulheres é um ponto a se ressaltar no Assentamento. Há uma animação do grupo de jovens do Nova Canaã que saíram para estudar agroecologia no Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)⁴ e boa parte retornou para aplicar o que aprendeu em sua comunidade. Durante a pandemia da COVID 19 no ano de 2020, os e as jovens da comunidade participaram do processo de entrega de alimentos de cestas camponesas dos Assentamentos na cidade. Nesse sentido, um grupo de jovens está dedicado a fazer esse trabalho de arrecadar alimentos, organizar e levar para a periferia para fazer entrega. Enquanto as usinas (que controla boa parte do território) e o Estado não ajudaram famílias a se alimentarem durante esse período, os assentados e assentadas através de uma rede de solidariedade compartilham sua diversidade de

⁴ O SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como Missão formar pessoas para atuarem na transformação das suas circunstâncias educacionais, econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas e na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido desenvolvem projetos e oferecem cursos de capacitações para a sociedade em geral. Para saber mais: <http://www.serta.org.br/inicial/>

alimentos. Sobre isso uma das jovens assentadas relata a importância da juventude nesse processo.

A experiência pra mim foi única, só de ver os agradecimentos das pessoas pelos alimentos que estavam recebendo. E também um pouco de indignação delas, porque muitas chegaram a dizer que o prefeito da cidade não deu apoio, não chegou pra ajudar e a gente como assentado, como agricultor e até muitos falaram que a gente gostava de confusão e a gente chegar lá pra compartilhar o pão com eles e mostrar que a gente é pessoa boa, que tá pra ajudar.” (JOVEM ASSENTADA, 2020, Informação verbal)⁵.

Figura 13 - Ações de solidariedade durante a pandemia



Fonte: Arquivo CPT NE I, 2020.

Outro ponto observado durante o período de pandemia foi a questão da alimentação e autonomia camponesa. Isto porque, durante boa parte do ano de

⁵ Conforme Live “ Juventude, pandemia e solidariedade” do canal “CPT Nordeste 2”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3XSKulwGjHw&t=310s> .

2020 os assentados e assentadas optaram por passar um tempo em isolamento para proteção dos que ali viviam. E mesmo diante das dificuldades, por um bom tempo não houve casos de Covid 19 no Assentamento. Por outro lado, isso foi possível porque os assentados e assentadas não dependeram do mercado externo para se alimentar, tendo no quintal, na parcela os elementos para garantir a autonomia alimentar durante vários meses, não necessitando sair de forma contínua para comprar alimentos em outros municípios. Svampa (2021) relata que as experiências de solidariedade durante a pandemia devem ser inspirações para unir as causas ambientais, a política e as questões de saúde:

É preciso abandonar o discurso belicoso e assumir as causas ambientais da pandemia, junto com as de saúde, e também colocá-las na agenda política. Isso nos ajudaria a nos prepararmos positivamente para responder ao grande desafio da humanidade, a crise climática, e a pensar em um grande pacto eco-social e econômico. (...) O discurso da guerra confunde e esconde as raízes do problema, atacando o sintoma, mas não as causas raízes, que têm a ver com o modelo de sociedade instituído pelo capitalismo neoliberal, através da expansão das fronteiras de exploração. (SVAMPA, 2020, p. 01)

Se de um lado a produção de cana que é proposta por essa agricultura técnica/colonial exige que o agricultor e a agricultora plantem somente uma espécie e venda para um único comprador por um preço ínfimo, de outro a agroecologia busca a diversidade de alimentos que pode ser vendido e/ou consumido, como relata uma das assentadas: “Na parcela, se a produção der mais um pouco a gente vende, se não der, fica só pro consumo” (AGRICULTORA E ASSENTADA 7, 2019).

A venda direta desses alimentos em feiras, aqui representados pelo Nova Canaã nas feiras de Araçoiaba e Carpina aos sábados e Tracunhaém aos domingos, proporcionam trocas de experiências e saberes dos agricultores e agricultoras entre si e com os consumidores e consumidoras, além da divulgação e promoção da Agroecologia nos diversos espaços, como anuncia Meirelles (2008):

Tende a aumentar a renda dos agricultores, com o pagamento a vista e a venda com preços finais; tende a ter preços melhores para os consumidores, democratizando o acesso ao produto ecológico; a relação entre consumidores e produtores gera intercâmbios de percepções e

conhecimento de suas formas de vida, além de trazer uma contribuição importante na construção da credibilidade do produto ecológico; estimula métodos produtivos de base ecológica e o resgate da agrobiodiversidade; gera maior autonomia para a família agricultora; reforça a participação das mulheres e jovens na comercialização e na própria organização da propriedade [...] (MEIRELLES, 2008, p. 04).

Esse retrato representa grande parte das famílias que diversificam sua produção no Assentamento Nova Canaã, a maior parte da colheita é para consumo e o excedente é vendido. Algumas famílias juntam suas produções para levar esses alimentos em uma única condução para feira (Conforme figura 14). Ainda assim, a maioria das famílias não estão ligadas as ordens de produção da lógica do mercado capitalista, o maior intuito da produção ainda é a alimentação.

Figura 14 - Moradores reúnem seus produtos para ida à feira local



Fonte: FUNARI, 2013.⁶

⁶ Registro de relatórios da disciplina “Relações Sociedade e Natureza, Interação Cultura-Natureza & Perspectiva da Agroecologia / Tóp. Especiais 1” - Programa de Pós Graduação em Geografia, ministrada pela Profa Mônica Cox - referente ao campo para o Assentamento Nova Canaã, (2013).

A diversidade de alimentos junto aos consórcios nos plantios se mostra bastante positivo no Assentamento. Vários agricultores e agricultoras produzem agroecologicamente, em uma relação de observação e cuidado com a terra. Em uma das parcelas visitadas, somente ao redor de sua cisterna de produção foi possível mapear mais de trinta variedades de frutíferas, hortaliças e leguminosas, dentre elas maxixe, café, couve-flor, tomate, graviola, cebolinha, jaca, fava cocora, araçá, fava rama, côco, acerola, pimenta malagueta, pimenta biquinho, laranja, caju, capim santo, hortelã, mamão, pepino, urucum, limão e outras (Figura 15).

Figura 15 - Parte da diversidade de hortaliças e fruteiras na parcela do assentado e agricultor 1 no Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018

Durante a pesquisa foi perceptível que as assentadas entrevistadas preferem produzir agroecologicamente em seus quintais ao redor da casa, diferentemente dos assentados entrevistados que preferem praticar a agroecologia na parcela. Essa relação das mulheres com os quintais é mais um elemento “de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico” (ESMERALDO, 2017, p.317).

Isso porque, esses quintais, muitas vezes, é o lugar que permite a autonomia econômica, a troca de saberes, o aumento da autoestima da mulher, a relação de solidariedade com as famílias vizinhas e principalmente a diversidade agroalimentar. Dessa maneira, compreende-se que o quintal proporciona “conteúdos para a promoção da soberania e segurança alimentar, tais como o acesso a alimentos de qualidade, a valorização da biodiversidade, manejo e gestão de sementes vegetais e de animais” (ESMERALDO, 2017, p. 324). De acordo com uma das entrevistadas o quintal é o espaço mais importante de quem vive na terra:

Eu prefiro plantar aqui no meu quintal mesmo porque que eu posso ficar olhando de perto. A parcela fica muito longe, como eu vou poder ver se alguma planta está precisando de alguma coisa? Pra quem tem um pedacinho de terra assim de lado da casa, que nem eu, o quintal é o lugar mais importante. Até galinha eu posso colocar aqui. Se precisar de comida eu tenho de lado da casa, se precisar de remédio eu tenho aqui de lado também. Tem gente que prefere a parcela, mas eu gosto assim. (AGRICULTORA E ASSENTADA 9, 2019, Informação verbal).

No quintal dessa agricultora foram encontrados uma grande diversidade de alimentos. Seu maior orgulho é laranja pokan agroecológica gigante cultivada ao lado de sua casa (Figura 16). Ela conta que a laranja só cresce pela não utilização de agrotóxico: “Veja que coisa linda, tu acha que se tivesse veneno tinha esse tamanho todinho? Duvido. Dessa aqui pouca gente tem” (AGRICULTORA E ASSENTADA 9, 2019).

Figura 16 - Laranja Pokan agroecológica em um dos quintais no Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO (2019).

Gavioli (2009) afirma que os sistemas agroecológicos permitem um modelo mais justo às famílias, isso porque esse tipo de agricultura abre espaço para novas perspectivas econômicas, socioculturais de inserção ao novo mundo rural. Em conversa sobre os cultivos e a utilização do veneno em suas plantações, uma das assentadas conta sua opinião sobre o uso de agrotóxicos: “Não uso nenhum pra não prejudicar minhas galinhas, e o cheiro é muito forte também. Quem planta muito tem que colocar, é muito mato, mas eu não planto muito não” (AGRICULTORA E ASSENTADA 9, 2019).

A diversidade agroecológica permite interações e equilíbrio entre plantas, animais e pessoas, proporcionando a produção de alimentos saudáveis, troca de experiências e saberes, renda familiar, soberania e segurança alimentar, conservação da natureza e a dependência mínima do sistema opressor capitalista. A figura 17 mostra a diversificação de outra parcela do Assentamento na qual foram

encontrados pés de mamão, côco, macaxeira, laranja, feijão, banana, limão, berinjela e fava em três hectares.

Figura 17 - Parcelas diversificadas no Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018.

Essa diversidade presente no território é ponto chave da resistência camponesa. Isso porque ela permite diversos benefícios nos âmbitos sociais, ambientais, econômicos e o mais importante atua na visibilização dessas pessoas e de suas atividades que muitas vezes tem suas histórias apagadas pela cana e seu sistema opressor.

É como se não tivesse camponeses e camponesas, só usina e trabalhador assalariado da cana então a lógica, o olhar dessa forma esconde várias realidades, várias possibilidades e várias situações que estão ocorrendo na zona da mata. Você tem ali família que produzem de forma agroecológica, que é um processo de resistência. Mas a grande resistência dali são os processos de diversificação da produção que estão acontecendo de forma pequena ainda mas é a resistência. Acredito que daqui alguns anos quem tiver comida para comer, para vender naquela região vai ser um grande beneficiado por que o monocultivo tenta engolir todas as existências, todos esses processos. (AGENTE PASTORAL 2, 2020, Informação verbal)

O sentimento de opressão, proporcionada pelo monocultivo de cana está presente em várias falas de quem vive na terra. “Assim, as monoculturas ao priorizarem algumas variedades apenas, acabam por ameaçar a grande diversidade de espécies nativas e seus usos múltiplos.” (PEREIRA, 2012, p.687). O monocultivo tenta calar uma diversidade de vozes que ecoam no Assentamento Nova Canaã. Porém é no dia-dia na terra que essas pessoas reproduzem seus sabores, seus saberes, recriando e reproduzindo o modo de vida camponês, sendo este também um processo de resistência. Como relata Marques (2008):

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de recampesinização da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade. (MARQUES, 2008, p. 65)

Nesse sentido, a experiência do Assentamento Nova Canaã mostra que quando se fala de questão agrária ainda existem desafios à serem superados, principalmente quando se está em um território como o da Zona da Mata Pernambucana que ainda tem a cana como dominadora da paisagem.” A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pelas diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re) conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais.” (ALVES, 2006, p.111). Dessa forma observa-se duas faces distintas, de um lado uma propriedade privada capitalista que concentra terras e explora as pessoas e de outro uma propriedade ancorada no trabalho familiar camponês sem exploração de pessoas e sem a dinâmica de lucro capitalista. (COSME; PEREIRA, 2020). Pereira (2017) sinaliza desafios nessa caminhada que é construir um pensar agroecológico e descolonial:

São muitos os desafios nessa caminhada, tais como: a) atenção e disposição para desconstruir a dominação do conhecimento em suas múltiplas sutilezas; b) considerar cada luta e buscar compreender sua realidade nas organizações e nos territórios; c) questionar-se continuamente e no conjunto dos camponeses como é possível construir a Agroecologia com os limites da condição agrária? D) continuidade dos processos com a irregularidade de apoios nas políticas. (PEREIRA, et al. 2017, p. 04).

A conquista da terra permitiu uma condição de vida bem melhor do que quando se trabalhava no monocultivo agroquímico da cana, o que se percebe que é muito comum na fala dos sujeitos envolvidos na experiência. Apesar dos desafios ainda serem grandes, a experiência presente no território evidencia que é possível assumir alternativas para além da dependência da cultura agrícola da cana-de-açúcar. A descolonização das mentes é um processo realizável e está em curso em muitas experiências de luta de camponeses e camponesas. Assim relata um dos agricultores, ex cortador de cana da usina:

Eu trabalhava era dentro da usina, vivia pra cortar aquelas canas. Era um tempo muito ruim. Eu não gostava não, trabalhava porque era o que tinha. Quando eu escutei falar que tinha isso de acampar, assentar eu quis logo participar. Aí participei de todo o processo aqui do Canaã, abriu minha mente. Hoje eu só planto comida, quando dá eu vendo na beira de estrada,

mas o que eu planto é mais pra mim e minha família. Quero deixar de plantar mais não. (AGRICULTOR E ASSENTADO 10, 2019, Informação verbal)

Algumas famílias ainda passam pelo processo de transição, por isso nem todas plantam agroecologicamente, visto que a cana na região ainda tem seu poder e para alguns assentados e assentadas é mais fácil vender cana pra usina do que produzir alimentos e levar para vender em outros territórios. Conforme sinaliza um dos assentados que produz cana na sua parcela (Figura 18) e alimentos no jardim em volta de sua casa: “A gente usa cana pra consumir e para vender, é mais fácil ter o dinheiro da cana pela usina do que levar sem transporte, sem dinheiro pra vender os alimentos em outro canto” (AGRICULTOR E ASSENTADO 11, 2019). Outro agricultor complementa: “A cana é nossa, o INCRA não liberou ninguém a plantar cana, plantamos por conta da gente, não foi por conta de usina, por que precisamos para consumir e para vender, pra ganhar um extra” (AGRICULTOR E ASSENTADO 1, 2019).

Figura 18 - Cana de açúcar presente em uma das parcelas visitadas em Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018

Diante da dialética dentro do Assentamento de se produzir alimentos diversificados e cana de açúcar para a usina, a maioria das relações dos agricultores/agricultoras com a terra têm uma forma de respeito e solidariedade ao tempo da natureza. Esse processo cria algumas particularidades que vão em caminhos opostos do que a agricultura tecnicista/mercantilista vem perpetuando, principalmente na presença de uma relação igualitária e recíproca entre natureza e ser humano. Na foto abaixo um dos agricultores e assentados do Nova Canaã, socializam e mostram com todo orgulho a sua parcela produtiva:

Figura 19 - Um dos assentados do Nova Canaã e sua parcela produtiva diversificada



Fonte: MELO, 2018.

Outro assentado enuncia sua relação de afeto, não hierárquica com suas plantas:

Eu converso com as plantas como se estivesse conversando com uma criança, o pessoal diz, o povo diz que eu estou caducando, dizem tu ta falando com quem? E eu digo conversando com o que tem vida, as coisas naturais, ele chega no pézinho de planta e diz: Ta trstinha? Papai chegou pra lhe aguar, ta tão bonitinha, chega fica rindo. No outro dia quando eu saio ela fica fazendo tchau pra mim. (AGRICULTOR E ASSENTADO 4, 2018, Informação verbal)

Um dos desafios para continuidade da Agroecologia no território é o acesso as sementes. Algumas famílias têm seu próprio banco de sementes em casa, que é o caso de uma das assentadas que guarda cerca de 04 variedades de milho (Figura 20), já outras pessoas compram suas sementes no centro da cidade. Um dos assentados que troca sementes com seus parentes, vizinhos e companheiros, se destaca, nesse sentido, pelo maxixe liso, plantado com a semente trazida pela sua avó da região semiárida, e que sua família vem cultivando na Zona da Mata desde então.

Figura 20 - Sementes armazenadas em garrafa pet para compor o banco de sementes familiar, Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2019

A CPT também disponibiliza algumas sementes para que os agricultores e agricultoras possam dar continuidade à sua produção agroecológica, possibilitando um acompanhamento e atuação nas atividades do Assentamento. Conforme será visto a seguir no próximo subtópico.

4.2 CPT E ASSENTAMENTO RURAL

A CPT surgiu em 1974 como resultado do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado na cidade de Goiânia no estado de Goiás. Na época, o Brasil vivia uma ditadura militar, em um período de política agrária voltada aos interesses das grandes indústrias e propriedades de terra. Assim, a CPT é criada com o objetivo de fornecer um suporte aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na tentativa de apoiar essas pessoas em suas lutas diárias na busca pela democratização da terra, como bem relata um dos agentes pastorais entrevistados:

Então a voz da igreja católica se levanta e diz: não a gente tem que proteger, tem que dar força, ir junto com os trabalhadores lutar pelo direito deles, então a CPT nasce desse contexto aonde ditadura militar não tinha sindicato combativo e ligas camponesas destruídas e uma parte se levanta para fazer essa luta com eles. Por isso, é uma comissão de católicos e leigos, bispos, padres, religiosos, leigos, advogados construíram uma comissão com serviço pastoral para cuidar do serviço da terra. (AGENTE PASTORAL 2, 2020, Informação verbal)

De acordo com artigos históricos da CPT, os primeiros a receber o apoio da comissão foram os posseiros da Amazônia, visto que, nesse período, esses trabalhadores eram explorados e mantidos em condições semiescravas. Logo, a comissão foi ganhando forma e pôde apoiar diversas outras pessoas que estavam em conflitos, como os sem terra, trabalhadoras e trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, se expandindo por diversos estados do país.

De acordo com o texto elaborado em 1998 pelos agentes que faziam parte da CPT, ela tem como missão:

- 1 - Apoiar os processos coletivos de conquista e resistência na terra;
- 2 - Apoiar nos processos de formação integral e permanente, ligadas as experiências, motivações e valores, na mística e espiritualidade;
- 3 – Divulgação da vitória e combate as injustiças.

A CPT está presente em todo território nacional, sendo ela dividida em 21 regionais, na qual cada uma conta com uma coordenação decidida em Assembleia. Porém as equipes locais são chaves no processo de organização e no trabalho, visto que são elas que acompanham e convivem com os protagonistas da comissão: os trabalhadores e trabalhadoras campo. Anualmente é realizada Assembleia Nacional e a cada quatro anos o Congresso de caráter celebrativo.

Em Pernambuco já se tinha um trabalho de igreja junto com povo do campo, porém a CPT no estado nasce oficialmente em 1988 quando os setores da igreja católica se reúnem e criam uma Pastoral da Terra, pra se alinhar com a CPT nacional. Assim, “católicos e leigos, bispos, padres, religiosos, advogados construíram uma comissão com serviço pastoral para cuidar do serviço da terra em Pernambuco” (AGENTE PASTORAL 2, 2020). Trata-se de um período muito importante de organizar e canalizar as vozes do campo no estado. Para Coletti (2005) a CPT teve papel fundamental no processo de luta do Brasil:

A CPT teve uma participação decisiva nas mobilizações dos sem-terra, na organização da maioria das ocupações e acampamentos e no apoio material aos trabalhadores em luta, através de campanhas de arrecadação de alimentos, remédios, roupas, e, até mesmo, dinheiro para a compra de terras, como no episódio do acampamento Encruzilhada Natalino. Não se pode deixar de falar, também, no papel decisivo desenvolvido pelos bispos, padres, pastores e leigos na conscientização política dos trabalhadores em busca da “terra prometida”. Em cada ocupação ou acampamento, os sem-terra erguiam uma cruz, símbolo da importância que a religiosidade adquiria na resistência desses trabalhadores. (COLETTI, 2005, p. 27).

Nesse sentido, algumas das atividades promovidas pela CPT são: assessoria jurídica no processo de ocupar a terra e permanecer nela, formação política para todos e todas que fazem parte do processo de luta, incentivar grupos de jovens e de mulheres e possibilitar o debate sobre organicidade do acampamento, assentamento e das práticas produtivas, dentre outras pautas que vão surgindo no decorrer do

processo. Portanto, a comissão desenvolve papel fundamental em um trabalho educativo de mediação, ou seja, os e as agentes pastorais desenvolvem função (missão) pedagógica na busca por questionar, mudar a visão de mundo que está sendo perpetuada naquele território, como sugere Neves, (1998):

O exercício de mediação se faz presente num contexto onde a ordem instituída deve ser questionada. [...] Este exercício de mediação viabiliza o questionamento de determinadas formas de dominação econômica, política e simbólica, reproduzida inclusive pelo reconhecimento da diversidade cultural sustentada numa perspectiva etnocêntrica. (NEVES, 1998, p. 152)

O Assentamento Nova Canaã é um exemplo desse processo de mediação e de questionamento da forma na qual a terra era usada pela usina, possibilitando um novo olhar de uma terra produtiva e que pode abrigar dezenas de famílias. Os mediadores se colocam então como detentores dessa função educativa que estaria “destinada a mudar comportamentos e visões de mundo” (NEVES, 1998, p.153). Assim como relata um dos representantes da CPT Nordeste 2:

Então nós temos um trabalho de tentar, alertar, mostrar, a inviabilidade do modelo do monocultivo da cana no assentamento (...) No assentamento a gente vai discutir o modelo de produção, sistemas de produção, monocultivo? É diversificado? É agroecológico? É orgânico? É com veneno? É sem veneno? Então tudo isso são novos temas que entrou no processo de acompanhamento aos assentamentos. (AGENTE PASTORAL 2, 2020, Informação verbal)

O apoio da CPT Nordeste 2 foi e é essencial para os assentados e assentadas desde o processo inicial da fase de ocupação das terras e formação do acampamento até o momento de conquista do Assentamento. Conforme sinaliza uma das agentes pastorais que acompanhou o Assentamento:

Eu cheguei na comunidade no ano passado (2018) através do projeto de agroecologia, mas, a CPT está lá desde sempre, desde o início do acampamento, foi quem mobilizou algumas famílias, o pessoal que trabalhava na região da cana de açúcar pra ocupar a terra, então assim, desde sempre, desde o início da organização, a CPT tem essa missão de mobilizar o pessoal pra fazer a ocupação. (AGENTE PASTORAL 1, 2019, Informação verbal)

Nesse sentido, as práticas desenvolvidas pela CPT Nordeste 2 no Assentamento também são processos de resistência, visto que há um trabalho de empoderamento camponês e incentivo a permanência na terra.

O estado colonial que nós temos, não vai aceitar não quer que os camponeses faça a gestão de seu território de forma autônoma. Então fica faltando muitas coisas para esses camponeses e camponesas terem poder, força política e gerir seu próprio território. O Estado trata de deixar essas famílias bastante vulneráveis para serem melhor absorvidas pelo capital. Nós trabalhamos na contra-corrente, contra-hegemonia desse processo. (AGENTE PASTORAL 2, 2020, Informação verbal)

Atualmente uma das práticas desenvolvidas pela CPT no Assentamento Nova Canaã é um projeto de agroecologia como forma de discutir a permanência, geração de renda e uma vida de qualidade para essas famílias. O projeto visa a formação de cinquenta famílias de três Assentamentos na região. Do Assentamento Nova Canaã sete famílias são acompanhadas pelo projeto, algumas já produziam agroecologicamente, outras iniciaram o processo de transição. Uma das agentes pastorais fala que a CPT não só atua com o projeto no Assentamento, a comissão acompanha a comunidade em sua vida social: “A CPT no momento continua participando da vida social da comunidade, não mais na questão de conquista da terra, mas de permanência na terra, e a proposta do projeto.” (AGENTE PASTORAL 1, 2019)

O projeto começou em 2018, porém anteriormente a comissão já trazia a discussão da agroecologia no território, através de capacitações, incentivo à inscrições de assentados e assentadas no curso técnico em agroecologia e na realização de intercâmbios com outras experiências. Uma das agentes pastorais que acompanha o Assentamento conta que algumas famílias produzem agroecologia em seu quintal, mas na parcela ainda existe cana: “Algumas famílias produzem que no quintal produtivo é agroecológico, mas na parcela é misturado. Por isso que umas tiveram resistência em participar do projeto, porque a idéia seria nas parcelas também adotar a prática agroecológica”. Ao mesmo tempo trata-se de um processo educativo que envolve formação teórica e prática em atividades que são abertas a todos e todas. Assim, a CPT trabalha o tema, além de um projeto: “ Nossa

missão é muito maior do que qualquer projeto, é um projeto de sociedade (...) nosso objetivo é transformar o mundo, transformar o Brasil, transformar Tracunhaém, transformar o assentamento” (AGENTE PASTORAL 2, 2020).

As famílias continuam vinculadas a CPT Nordeste 2, assim participam de atividades estaduais e regionais promovidas pela comissão. Compreende-se, portanto, a CPT como um elemento fundamental da permanência dessas pessoas no território, visto que vários entrevistados e entrevistadas relataram sua importância para as práticas produtivas dentro do Assentamento.

Diante da diversidade da experiência apresentada, o Assentamento Nova Canaã é a exemplificação de r-existência na zona da mata de Pernambuco. Compreende-se por r-existência “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas” (PORTO-GONÇALVES, 2006, P.165). As famílias resgatam seus conhecimentos ao mesmo tempo que somam com o acúmulo de saberes socialmente construídos. Assim, a agroecologia e ecologia de saberes se mostraram categorias importantes na luta de resistir e r-existir dentro do Assentamento.

5 CONCLUSÕES

O sistema mundial colonial/moderno estabeleceu padrões sociais, econômicos e políticos que até hoje refletem na sociedade. Esse processo gerou a extinção e invisibilizou os diversos conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades. No presente trabalho, a ecologia de saberes e a agroecologia se mostraram perspectivas fundamentais na luta contra a hegemonia do pensar/saber e da desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira.

A formação dos Assentamentos rurais na zona da mata pernambucana possibilitou a mudança na qualidade de vida de centenas de famílias. Em consequência da criação dos Assentamentos, a zona da mata de Pernambuco apresenta-se hoje como um território mais diversificado em sujeitos, produção e saberes. Nesse sentido, a negação, por parte das agricultoras e agricultores que vivem na região, de fazer parte desse sistema opressor dominante é o ponto principal no processo de resistência e são impulsionadores para o fortalecimento das práticas agroecológicas nesse território.

Nesse sentido, a luta no território ainda é constante, visto que as práticas do monocultivo da cana permanecem arraigadas nas diversas atividades dos indivíduos da região. Ainda assim, a experiência do Assentamento Nova Canaã evidencia que é possível produzir agroecologicamente mesmo tendo a pressão da produção de cana garantindo a compra de toda produção. É uma luta permanente, que não é uma luta pela terra, mas é uma luta de controle do território, de gestão do Assentamento.

A diversidade de alimentos junto aos consórcios nos plantios, a organização espacial, organização política, a autonomia produtiva, os trabalhos coletivos, as sementes crioulas e os grupos de jovens e mulheres são elementos fundamentais na construção da ecologia de saberes e agroecologia. A agroecologia e a ecologia de saberes são conceitos ainda em construção, mas diante dos elementos e pautas em comum mostram-se com grande potência na superação dos desafios na desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. Assim, elas permitem

fortalecimento dos territórios, a visibilização dos saberes e re-existência das comunidades.

A agroecologia vem ganhando cada vez mais espaço na zona da mata pernambucana. A atuação dos movimentos, das universidades, organizações e comissões mostram-se essenciais nos incentivos das práticas já existentes. Diante da pesquisa foi possível identificar que boa parte dos agricultores e agricultoras que escolhem e se vinculam a Agroecologia são pessoas construtoras de afetividade com a terra, fortalecidos através das resistências diárias.

Todos entrevistados e entrevistadas que fizeram parte da pesquisa, reconheceram a Agroecologia como uma boa forma de se produzir, na garantia de se ter produtos de qualidade, livre de venenos. A busca por alimentos saudáveis foi o principal motivo dos e das que saíram da produção de cana para a agroecologia. Aqueles e aquelas que participam de feiras declararam se sentirem valorizados, pela forma na qual produzem, nesses espaços de venda e interação com as e os consumidores. A principal dificuldade colocada pelos assentados e assentadas foi a questão de permanência na terra, principalmente pelo difícil acesso à serviços públicos como a educação e a saúde, visto que o Assentamento não possui escola e nem posto de saúde. Dessa forma, essas famílias precisam procurar cidades vizinhas para realizar seus atendimentos, o que evidencia o desafio organizativo político na região.

Durante a pandemia do Covid 19 a Agroecologia permitiu a soberania alimentar com alimentos saudáveis em abundância para os assentados e assentadas, além de que possibilitou os gestos de solidariedade – o povo cuida do povo – garantindo a alimentação de outras famílias. Esse processo permite a garantia do direito dos (as) camponeses (as) em tirar da terra sua alimentação, sendo ela o principal ponto material da reprodução camponesa. A autonomia do Assentamento durante esse período também é um ponto a ser destacado, visto que grande parte das famílias optou por ficar isoladas, possibilitando a visibilidade da não dependência do mercado externo. A experiência mostra a potência dos territórios que sustentam a vida, o Assentamento Nova Canaã aponta caminhos para lidar com outro modelo alimentar, mesmo em tempos de pandemia.

A continuidade no incentivo da agroecologia e a valorização dos diversos saberes das e dos camponeses a partir da ecologia de saberes se mostram fundamentais para quebra de paradigmas e desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. A zona da mata é resistência, é r-existência!

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Gustavo. **A crise do setor sucro-alcooleiro e suas consequências para reforma agrária na Zona da mata e Pernambuco: uma análise a partir da década de 90.** Dissertação (mestrado em sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- ALBUQUERQUE, Renata. **Sentidos Silenciados: deslocamentos e apagamentos de sentidos indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra.** Dissertação (mestrado em comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ALENTEJANO, Paulo. **Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia,** Terra Livre, São Paulo, Vol.1, n.36, 2011 p.73.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS.** Dissertação de Mestrado (Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- ANDRADE, Manuel. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- AMÂNCIO, Cristhiane. **O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Reflectindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã, Tracunhaém - PE.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ANA. **Carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia.** Recife. 2006
- BENSIN, Basil. **Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties chorotypes.** Prague, 1928.
- _____. **Possibilities for International cooperation in agroecological investigations.** 1930
- BÚRIGO, André Campos; CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen; RIGOTTO, Raquel Maria (org.). **Dossiê Abrasco – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** Sociedade e cultura. Goiania: Universidade Federal de Goiás, 2007.
- BRANDENBURG, Alfio. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Caminhos da agricultura.** ANPPAS, 2002.

CAPORAL, Francisco; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.

CASALDALIGA, Pedro. **Antologia retirante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 361p.

COLETTI, C. **A Trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COSME, Claudemir; PEREIRA, Monica Cox. **A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA COMO UMA DAS FACES DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: A REPRODUÇÃO DO LATIFÚNDIO E DO MINIFÚNDIO NO CAMPO ALAGOANO**. In: GEOgraphia, vol: 22, n.48, Niterói, 2020.

COSTABEBER, José A.; CAPORAL, Francisco; WIZNIEWSKY, José. O conceito de Transição Agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. In: GOMES, João; ASSIS, William. (Editores técnicos) **Agroecologia: Princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013, p. 146 - 179.

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (org.). Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. Ed. Rio de Capital, 2017: Letra Capital, 2017

DABAT, Christine Rufino. **É a parte que te cabe deste latifúndio?: Acesso precário e limitado a terra para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco**. TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE), v. 18, p. 191-216, 2014.

DELGADO, Guilherme. **Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000**. In: STÉDILE, João (Org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.) **Descolonizar o Imaginário** - Debates sobre pós - extrativismo e desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante, São Paulo, 2018.

DOURADO, José. **Agroecologia e soberania alimentar na Amazônia: para além das trincheiras discursivas do modelo de desenvolvimento agrário/agrícola**. São Paulo: Editora Agrária, 2012.

ESMERALDO, Gema G.; CAMURÇA, Andrea M.; VIANA, Lígia A.; ABRANTES, Karla K. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: **Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias - Reflexões sobre o Programa Residência Agrária – Volume II**, 2017. P. 313 – 331.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra**. Cascavel: Unioeste, 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A modernidade no campo e a luta dos Sem Terra**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, número 1, ano 90. Editora Vozes, 1996.

FERNANDES, _____. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula**. NERA, 2005. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf> Acessado em: 12 Mar 2020.

FERNANDES, _____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora de Unicamp, 2005.

FERNANDES, _____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. **Meio ambiente e sociedade: reflexões à luz da Agroecologia**— 7 — CANDOMBÁ - ISSN 1809-0362 - V.9 | N. 1 | JAN - dez 2013 agroecologia. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 1, n. 2, p. 1-15, jan./jul. 2009.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em desconstrução: narrativas escolares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A geografia da riqueza, fome e meio ambiente**. In: OLIVEIRA, Arioaldo, MARQUES, Marta (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

GUZMÁN, Sevilla. **Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria**. Córdoba, [s. n.]: 2004.

HECHT, Susanna. **“A Evolução do Pensamento Agroecológico”**, em Revista Agroecologia e Desenvolvimento CLADES (Rio de Janeiro) Ano I, Nº 1, Ago, 1993.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980/96

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LEITE, Sérgio. et al. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Nead, 2004. 392p

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Rio de Janeiro, CpdA/UFRRJ, Tese de doutorado, 2007

MACHADO, Luiz.; MACHADO FILHO, Luis. **A Dialética da Agroecologia**. Contribuição para um mundo com alimentos sem venenos. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARQUES, Marta Inez. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: Revista NERA, Ano 11, Nº 12, Presidente Prudente, 2008.

MEDEIROS, Anamaria. **Faz escuro mas eu canto: disputa territorial e resistência camponesa no Engenho Barra do Dia, Palmares – PE**. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 17-52

MEIRELLES, L. **Soberania Alimentar e a construção de mercados locais para produtos da Agricultura Familiar**. CENTRO ECOLÓGICO. V. 1, nº 1, p. 1-4, out. 2008.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais, projetos locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petropolis: Editora Vozes, 1993.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, Presidente Prudente, n.8, ano 9, pp.151-172, janeiro/junho 2006.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais da acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018.

NEVES, Delma P.. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. P. 147-168.

NUNES, João Arriscado. **Um discurso sobre as ciências 16 anos depois**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **O campo brasileiro no final dos anos 80**. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PAULINO, Eliane T. **A mudança do Código Florestal brasileiro: em jogo a função social da propriedade**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.7, nº. 13, p. 40-64, fev., 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de B. **Desenvolvimento e meio ambiente – O todo é maior que a soma das partes.** Revista Plurais, Universidade Estadual de Goiás, v. 1 n° 2, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de B. **Reforma agrária e meio ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra.** GEOgraphia. Niterói, ano 7, n. 14, p. 93-111, dezembro, 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de B.; SILVA, Luciana; BRITO, João. **Uso da terra a partir do enfoque agroecológico: reforma agrária e meio ambiente.** In: Revista Brasileira Agroecologia, v. 2, n. 1, fev. 2007.

PEREIRA, Mônica Cox de B. **Revolução Verde.** In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (ORGS.). Dicionário da Educação do Campo. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 685-689, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de B.; SILVA, Valcilene; MELO, Emely; SILVA, Uschi. **Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia: Tecer a Renda, Resistir e Construir Conhecimento Agroecológico.** IN: Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, Aracaju, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Ester. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**, Clacso, Buenos Aires, 2006.

PRIMAVERSI, Ana. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, Marcelo (Org.), **Agroecologia: práticas e saberes.** Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality and modernity/rationality.** Cultural Studies. (2007)

QUIJANO, Aníbal, Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Marta (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Marta (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências,** in Barreira, César (Ed.), Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006

SCHIMITT, Claudia. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio. BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo. Expressão popular. 2009.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance.** New Haven and London: Yale University Press. (1985)

SCOTT, James C., Menezes, Marilda A. de, & Guerra, Lemuel. (2002). **Formas cotidianas da resistência camponesa.** *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 21(1), 10-31. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gala, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília: UnB, 2009

SILVA, A. D. **Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede** In: LIMA, Jorge Roberto Tavares (org.). **Agroecologia e movimentos sociais.** Recife, Editora: Bagaço, 2011.

SILVA, Izabela. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015

SILVA JUNIOR, José. **“Ilhados” pela cana, suspensos pela usina, assituados pela vida: des-territorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém-PE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SOUSA, Laís; PORRO, Roberto. **Uso e percepção de áreas de preservação permanente em assentamento ambientalmente diferenciado em Anapu, Pará.** *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 26, nº 3, 2018.

STÉDILE, João. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Editora Expressão Popular, v. 1, 2005.

SVAMPA, MAristella. **Reflexiones para un mundo post-coronavirus. In: Nueva Sociedad.** Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-post-coronavirus/?fbclid=IwAR0vISyljweY7iO8syuA87uX2pu2t5B_vARmBVBSiESyEqKvkHIS_VjT3GQ Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

THOMAZ JR, Antonio. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** *Revista PEGADA*, vol. 1, n.º 1, setembro, 2000.

TOLEDO, Víctor. **La agroecología en Latinoamérica: Tres revoluciones, una misma transformación.** *Agroecología*, 6, p. 37-46, 2012.

WEZEL, Alexander. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice.** A review. *Agronomy for Sustainable Development*. v.29. n. 4. Germany: Springer Verlag, 2009.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência: categoria política das periferias urbanas latinoamericana**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ZIMEMERMANN, Neuza. Os desafios da organização interna de um Assentamento rural. In: Medeiros, Leonilde. Et. Al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE PASTORAL DA CPT 1

CPT, PROJETO DE AGROECOLOGIA E ASSENTAMENTO

- Como é a atuação e quais estratégias da CPT no assentamento Nova Canaã?
- Quando e como foi a aproximação com o território?
- Como é e como surgiu o projeto de transição agroecológica no território?
- Quantas famílias atualmente estão envolvidas na agroecologia?
- Que pessoas você indica que produziram que produziram sempre de forma tradicional sem uso de fertilizantes e venenos?
- Quais são as pessoas chaves na sua concepção de agroecologia para conversar sobre assuntos relacionados à agroecologia?
- Quais os contatos chaves para saber história do assentamento? E da agroecologia?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE PASTORAL DA CPT 2

LUTAS NA REGIÃO

- Como é esse histórico de luta da zona da mata?
- Quem eram as pessoas que lutavam pela terra? De que municípios vinham?
- Como se deu a luta pela terra do complexo prado até os assentamentos? (Alimentação, sementes e etc)
- Na ocupação pré terra como foi a presença do MST ?
- Como se deu a atuação da CPT nas primeiras lutas de terra da zona da mata?
- Como está esse processo hoje na disputa de terra e da usina Santa Tereza? (Há disputas? Que tipos?)

CPT E ASSENTAMENTO

- Como se deu a trajetória da CPT em PE?
- Como funciona o processo de mediação nos assentamentos?
- Como está hoje a relação da CPT e o Nova Canaã ? e com o Ismael Felipe e Chico Mendes?
- O projeto de agroecologia que tem sido desenvolvido no assentamento Nova Canaã, como ele foi pensado? Quem está envolvido? Como e quando surgiu?
- Você considera esse assentamento diferenciado? Ele é o único que tem APP? O que caracteriza essa área de APP no assentamento Nova Canaã ?
- Você tem informações do PDA do Nova Canaã? Ele foi realizado? Por quem? Como posso consultar esse PDA?
- Quais resistências que você identifica no assentamento Nova Canaã desde o seu início? Como você entende a agroecologia como resistência dos camponeses e camponesas ao modelo canavieiro?
- Quais esses assédios que os assentados e assentadas sofrem?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

SOBRE A HISTÓRIA

- Como foi o processo de luta?
- O que mudou desde o acampamento até o Assentamento?
- Que ano entraram nesse território?
- Como foi esse processo de entrada?

PANORAMA DO ASSENTAMENTO

- Quem são e quantas famílias fazem parte do Assentamento Nova Canaã?
- Todas as famílias moradoras do Assentamento vieram do processo de acampamento?
- Qual tamanho e como está dividido o território?
- Existe alguma planta, documento ou mapa disponível para o estudo?
- Durante toda história do acampamento já saiu ou entrou alguma família?
- Existe Reserva Legal no Assentamento? E APP?
- Como é a organização do assentamento?

SOBRE OS MEIOS DE VIDA

- Como é a água?
- E o sistema de esgoto e tratamento de água ?
- Quantas famílias estão na agrovila?
- Todo mundo tem acesso a luz e água ?
- Como é a produção?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS E ASSENTADAS DO NOVA CANAÃ

- Você participou do processo de luta no acampamento? Como foi essa luta?
- Como foi sua entrada no Assentamento?
- O que mudou do acampamento até o assentamento?
- Você participa das atividades da associação?
- Você sempre trabalhou com agricultura?
- Como é sua forma de produzir na terra? Usa veneno, insumo, planta cana?
- O que você tem plantado?
- Você vende sua produção ou só é para o consumo?
- Como é a relação com a usina?
- Quais as dificuldades que você identifica de se produzir em meio a cana-de-açúcar?
- Você gosta de viver aqui?
- Como é sua vida hoje?
- O que te motiva a continuar no Assentamento?
- Quais os desafios de permanecer na terra?
- Você vê suas práticas como resistência?

ANEXO A – JORNAIS QUE MENCIONARAM O INICIO DA LUTA NO ENGENHO PRADO

- Capa do Jornal do Commercio do dia 20 de maio de 2003.



FONTE: ALBUQUERQUE, 2015

- Capa do Jornal do Commercio do dia 21 de maio de 2003



FONTE: ALBUQUERQUE, 2015

- Capa do Diário de Pernambuco do dia 02 de novembro de 2003.



FONTE: ALBUQUERQUE, 2015

- Matéria do Diário de Pernambuco do dia 02 de novembro de 2003.



FONTE: ALBUQUERQUE, 2015.